

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Leandro Reginaldo Maximino Lelis

CRISE DA CAFEICULTURA E SEUS EFEITOS
SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE DRACENA (SP)

PRESIDENTE PRUDENTE

2012

Leandro Reginaldo Maximino Lelis

**CRISE DA CAFEICULTURA E SEUS EFEITOS
SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO DE DRACENA (SP)**

Monografia apresentada junto ao
Curso de Graduação em Geografia da
FCT/UNESP, para obtenção do título
de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

PRESIDENTE PRUDENTE

2012

Lelis, Leandro Reginaldo Maximino.

L558c Crise da cafeicultura e seus efeitos socioeconômicos no município de Dracena (SP) / Leandro Reginaldo Maximino Lelis. - Presidente Prudente: [s.n], 2012

95 f. : il.

Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Trabalho de conclusão (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Crise da cafeicultura. 2. Pequenos proprietários rurais. 3. Dracena. I. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Após o fim de um ciclo de cinco anos, este é o momento de agradecer a todos que colaboraram para que todo o caminho percorrido fosse possível. É nesse sentido que gostaria de agradecer:

à Deus, por me acompanhar durante toda a minha vida e por me dar forças para seguir em frente;

à professora Rosangela Hespanhol, pela disponibilidade, apoio e paciência. Serei eternamente grato pelo conhecimento que me foi transmitido;

aos meus pais, João e Leila e a minha irmã Flávia, pelo apoio e incentivo durante os cinco anos de graduação;

à minha avó Leonor, que sempre esteve comigo e aos meus avós Antônio (in memoriam), Reginaldo (in memoriam) e Adália (in memoriam), que independente de onde estiverem, tenho certeza de que sempre estarão cuidando de mim;

aos meus familiares, tios, tias, primos, primas, sintam-se todos lembrados, porém gostaria de agradecer, em especial, àqueles que estiveram mais presentes no decorrer dessa trajetória: Alessandra, Márcio, Zezinho, Paulo, Iraci, Itamar, Luís, Yuri, Rosangela, Aracy, Nair, Gianluca, Lara, Rafaella, Mirian, Lilian, Paulinho, Julio, Dani, Carol e Dailiviam;

à Ana Luiza pelo apoio e pela tradução do resumo para a língua inglesa;

à todos os alunos da 51ª Turma de Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente, desde aqueles mais próximos até os mais distantes;

à todas as repúblicas unespianas em que estive presente, seja em festas ou em simples reuniões, em especial as repúblicas: Os Bárbaros e Giratório;

aos meus amigos e vizinhos de Dracena;

aos professores que contribuíram para minha formação: Claudemira, Margarete, Rosangela, Carminha, Nivaldo, Paulo César, Raul, Eliseu, Bernardo, Thomaz, Godoy e João Osvaldo.

aos membros do GEDRA, em especial aos professores Nivaldo e Rosangela que coordenam o grupo com maestria;

ao Fernando Veloso e a Erika Moreira, por aceitarem participar da banca da minha monografia;

ao Luiz Aberto Pelozo, diretor do EDR de Dracena, pela entrevista e disponibilização de dados de fonte secundária;

à Gislaine, presidente da APRD, pela entrevista e apoio durante a pesquisa;

ao Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Eduardo Basso, ao presidente do STRD Antônio Fávaro e aos pequenos proprietários pesquisados, pela disponibilidade em nos receber;

e, por fim, a todos da FCT/UNESP pelos momentos maravilhosos que vivi durante a graduação. Momentos que ficarão guardados em minha memória eternamente.

RESUMO

A crise do café na década de 1980 atingiu profundamente o município de Dracena, tendo em vista que a cafeicultura tinha importância econômica e social significativa para essa localidade. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo principal analisar os desdobramentos socioeconômicos que essa crise proporcionou aos pequenos proprietários rurais do município. Para a consecução desse objetivo buscamos articular o referencial teórico, com os dados de fontes secundárias, as entrevistas com os principais responsáveis pelo setor agropecuário e a aplicação de questionário a 21 pequenos proprietários rurais do município. Verificamos que, em virtude da relação de dependência com o café, a economia do município sofreu com a crise da referida cultura na década de 1980. Os produtores rurais que cultivavam essa lavoura como a principal, tiveram que se readequar produtivamente para se manterem na zona rural, porém o desenvolvimento econômico e social que o café havia trazido em épocas anteriores não foi resgatado. Como consequência, identificamos a intensificação da evasão demográfica da zona rural do município, processo que já havia começado na década de 1970 e que foi fortemente reforçado com a crise da cultura cafeeira. Observamos que a partir da década de 2000, a situação passou a ser melhor para os pequenos proprietários, tendo em vista que as políticas públicas implementadas passaram a atender, em parte, as necessidades dos mesmos com maior eficiência. Essa situação pode ser evidenciada através da pequena redução do número de habitantes da zona rural dracenense. Apesar da melhoria verificada a partir da década de 2000, a situação ainda não é a ideal, tendo em vista que muitos pequenos proprietários pesquisados se mostraram insatisfeitos. Nesse contexto, constatamos que a atuação e a articulação dos governos federal, estadual e municipal são imprescindíveis para que as políticas públicas sejam eficientes, proporcionando assim, condições dignas para a reprodução social dos pequenos proprietários e de seus dependentes na zona rural.

Palavras-chave: cafeicultura; crise; pequenos proprietários rurais; Dracena.

ABSTRACT

The coffee crisis in the 1980s reached deeply municipality of Dracena, considering that the coffee had significant social and economic importance to the area. In this context, the research aimed to analyze the socioeconomic consequences that this crisis has provided small rural proprietors of the county. To achieve this goal we seek to articulate the theoretical reference, with data from secondary sources, interviews with the main responsible for the agricultural sector and an application questionnaire to 21 small rural proprietors of the county. It was found that, due to the dependence relationship with the coffee, the economy of the city suffered from the attack of said culture during the 1980s. Rural producers who cultivated such crops as the main, had to readjust productively to remain in the countryside, but the economic and social development that coffee was brought in earlier times was not rescued. As a consequence, there has been an intensification of evasion demographic of rural municipality, a process that had begun in the 1970s and was strongly reinforced by the crisis of the coffee culture. We note that from the 2000s, the situation became better for small rural proprietors in order that public policies implemented now serve, in part, the needs of those with greater efficiency. This situation can be evidenced by a slight reduction in the number of rural people dracenense. Despite improvements recorded since the 2000s, the situation is still not ideal, given that many small proprietors surveyed expressed dissatisfaction. In this context, we note that the performance and joint of federal, state and municipal government are essential so that public policies are efficient, thus providing decent conditions for social reproduction of small rural proprietors and their dependents in the countryside.

Keywords: coffee; crisis; small rural proprietors; Dracena.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Dracena na Microrregião Geográfica de Dracena.....	16
Figura 2. Número de unidades produtivas no município de Dracena (2007/08).....	33
Figura 3. Área ocupada em hectares pelas unidades produtivas do município de Dracena (2007/08).....	34
Figura 4. Área ocupada em hectares pelas principais culturas no município de Dracena (1995/96 e 2007/08).....	35
Figura 5. Finalidade do rebanho bovino do município de Dracena (1995/96 e 2007/08).....	47
Figura 6. Quantidade de homens e mulheres nas pequenas propriedades rurais pesquisadas.....	56
Figura 7. Faixa etária média dos moradores das pequenas propriedades pesquisadas.....	58
Figura 8. População de 0 a 24 anos vivendo nas pequenas propriedades visitadas....	59
Figura 9. Propriedades pesquisadas que apresentam apenas um casal como moradores.....	60
Figura 10. Faixa etária média das pequenas propriedades que apresentaram apenas um casal como moradores.....	61
Figura 11. Pequenas propriedades pesquisadas que tiveram redução territorial....	62
Figura 12. Quantidade de unidades produtivas entre 2 a 50 hectares no município de Dracena.....	63

Figura 13. Plantação de café abandonada na zona rural de Dracena.....	65
Figura 14. Principais fontes de renda das propriedades pesquisadas.....	66
Figura 15. A pequena proprietária, a Sra. Aparecida M. S. Santos, junto ao seu marido, durante a entrega da produção no PAA.....	67
Figura 16. Barracão da APRD em dia de entrega dos produtos no PAA.....	68
Figura 17. Avaliação dos produtores sobre a situação econômica atual do município de Dracena.....	70
Figura 18. Principais dificuldades para a permanência na zona rural.....	71
Figura 19. Intenção dos produtores pesquisados em sair ou não da zona rural.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População total do município de Dracena (1970 - 2010).....	29
Tabela 2. População urbana do município de Dracena (1970 - 2010).....	30
Tabela 3. População rural do município de Dracena (1970 - 2010).....	31
Tabela 4. Produção de café da região de Dracena (1970 – 2012).....	37
Tabela 5. Produção de café no município de Dracena (1970 – 2010).....	40
Tabela 6. Produção das principais lavouras permanentes do município de Dracena (1990 - 2010).....	42
Tabela 7. Produção das principais lavouras temporárias do município de Dracena (1990 - 2010).....	44
Tabela 8. Efetivo bovino no município de Dracena (1970 – 2010).....	46
Tabela 9. Produção de origem animal no município de Dracena (1970 - 2009).....	48
Tabela 10. Grau de instrução dos proprietários rurais do município de Dracena (2007/08).....	49
Tabela 11. Utilização de assistência técnica no município de Dracena (2007/08)....	51

LISTA DE SIGLAS

APRD = Associação dos Produtores Rurais de Dracena

EDR = Escritório de Desenvolvimento Rural

FCT = Faculdade de Ciências e Tecnologia

IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LUPA = Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo

PAA = Programa de Aquisição de Alimentos

PROÁLCOOL = Programa Nacional do Alcool

PRONAF = Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STRD = Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena

UNESP = Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	1
2 – O ESPAÇO RURAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	6
2.1 – Os agentes transformadores.....	6
2.2 – O atual momento da vida no campo.....	11
3 – A EXPANSÃO E A CRISE DA CAFEICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA NOVA ALTA PAULISTA.....	13
3.1 – O café e a sua importância no Estado de São Paulo.....	13
3.2 – A formação do município de Dracena e a relação com o café.....	15
3.3 - A instalação dos presídios e a expansão da atividade sucroalcooleira.....	19
3.4 - O declínio da cafeicultura e seus impactos no extremo oeste paulista.....	24
4 – O PERFIL DEMOGRÁFICO E A ESTRUTURA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE DRACENA.....	28
4.1- A dinâmica populacional.....	28
4.2 – A estrutura fundiária.....	32
4.3 – A estrutura produtiva.....	35
4.4 - A produção de café na região e no município de Dracena entre 1970 e 2010.....	36
4.5 – As principais lavouras permanentes.....	41
4.6 – As principais lavouras temporárias.....	43
4.7 – O efetivo animal.....	45
4.8 – A produção de origem animal.....	47
4.9 – O grau de instrução dos proprietários rurais do município de Dracena.....	49
4.10 – A utilização de assistência técnica.....	50

5 - A CRISE DA CAFEICULTURA E A SITUAÇÃO ATUAL DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS: A AVALIAÇÃO DAS LIDERANÇAS DO SETOR AGROPECUÁRIO MUNICIPAL E DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS.....	52
5.1 – A avaliação das principais lideranças do município de Dracena sobre o setor agropecuário municipal.....	52
5.2 – Os pequenos proprietários rurais do município de Dracena: características socioeconômicas, avaliação e perspectivas futuras.....	56
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	81

1 – INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema central de análise os desdobramentos econômicos e sociais que a crise do café da década de 1980 proporcionou aos pequenos proprietários de terras rurais do município de Dracena.

O interesse em estudar os pequenos proprietários rurais de Dracena se deve ao fato desses terem passado por momentos de extrema dificuldade financeira durante e após a crise do café da década de 1980, já que a referida cultura era o carro-chefe da economia local. Essa situação adversa, do ponto de vista financeiro, fez acelerar o processo de evasão demográfica da zona rural do município, fato que só foi alterado mais recentemente, devido à diversificação da estrutura produtiva e da implementação de políticas públicas que visam manter o homem no campo. Nesta pesquisa, os pequenos proprietários rurais serão entendidos como aqueles que têm unidades produtivas entre 5 (cinco) e 20 (vinte) hectares.

O declínio da lavoura cafeeira na região e no município de Dracena trouxe grandes problemas para a mão-de-obra, já que a demanda não absorvia os trabalhadores existentes. Aqueles que conseguiam empregos nas atividades agropecuárias, normalmente ganhavam menos do que nas épocas de prosperidade da cafeicultura. Com a falta de empregos e a diminuição dos salários, o trabalhador acabou deixando o meio rural em direção à cidade em busca de empregos e melhores condições salariais, já que as perspectivas econômicas e sociais no campo eram de tempos difíceis.

Os que ainda resistem no campo, normalmente, são os pais de família que possuem pequenas propriedades rurais. Os filhos, descontentes com a falta de oportunidade e com a baixa remuneração, foram para a cidade em busca de novas oportunidades, enquanto que seus pais continuam na zona rural motivados, principalmente, pela relação de identidade criada com o local. Esse processo de migração campo-cidade dos mais jovens acabou por resultar na permanência dos mais idosos no meio rural, o que culminou no envelhecimento da maior parte da população rural.

A redução nas áreas cultivadas e no volume produzido do principal produto gerador de renda no município nortearam novos rumos para o local, bem como para os pequenos proprietários rurais. O município, que até a década de 1980, experimentava os benefícios e o crescimento proporcionados pelo café, se viu obrigado, após a década de 1980, a buscar novas estratégias para diminuir os impactos causados pela crise e continuar crescendo. Nesse contexto, os pequenos proprietários rurais de Dracena também tiveram de adequar-se a essa nova situação para conseguir permanecer na zona rural.

A partir da problemática levantada, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar os desdobramentos socioeconômicos que a crise do café da década de 1980 proporcionou aos pequenos proprietários rurais, além de analisar a situação atual desses.

No intuito de pormenorizar nossa análise, delineamos alguns objetivos específicos que são:

a) caracterizar as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro a partir da década de 1960;

b) analisar a importância da cafeicultura para o Estado de São Paulo, bem como sua expansão para a região de Dracena, além de identificar os efeitos da crise da referida cultura nessa região;

c) averiguar as mudanças ocorridas no perfil demográfico e na estrutura agropecuária do município de Dracena entre os anos de 1970 e 2012;

d) identificar a situação socioeconômica dos pequenos proprietários rurais durante e após a crise do café da década de 1980, bem como a situação atual deles.

Para que se conseguisse realizar a análise dos desdobramentos econômicos e sociais que a crise do café da década de 1980 proporcionou aos pequenos proprietários rurais do município de Dracena, utilizamos o recorte temporal que compreende o período entre 1970 e 2012, já que a década de 1970 antecedeu esse período de crise da década de 1980.

Para o desenvolvimento do tema central e a consecução dos objetivos propostos, adotamos os procedimentos metodológicos que envolveram diferentes etapas de trabalho.

A primeira etapa se deu através de levantamento bibliográfico e leitura do material selecionado referente à importância socioeconômica da cafeicultura para o Estado de São Paulo, bem como para o município de Dracena. Também procuramos pesquisar sobre a dinâmica atual da zona rural, principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários. A pesquisa bibliográfica foi realizada junto à biblioteca da FCT/UNESP de Presidente Prudente e à Internet, a respeito dos seguintes temas: cultura cafeeira e crise da cafeicultura no Estado de São Paulo na década de 1980; migração campo-cidade; pluriatividade; envelhecimento da população no campo; e o processo de ocupação da Nova Alta Paulista e, em particular, do município de Dracena.

A segunda etapa constituiu-se no levantamento dos dados de fontes secundárias sobre a dinâmica demográfica e a produção agropecuária do Município de Dracena. Durante essa etapa coletamos dados de fontes secundárias junto aos: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010); Censos Agropecuários do IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96); Produção Pecuária Municipal do IBGE (2005 e 2010); Produção Agrícola Municipal do IBGE (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010); Levantamento Censitário das Unidades de Produção do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08); e Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena (1970 – 2012).

A terceira etapa do trabalho pode ser dividida em duas fases. Na primeira fase, houve a realização de entrevistas, a partir da elaboração de um roteiro (Apêndice A) com os principais responsáveis pelo setor agropecuário no município. Tais entrevistas foram realizadas com representantes da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município, EDR de Dracena, Associação dos Produtores Rurais de Dracena e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena, para, a partir do ponto de vista destes atores locais, conhecer a situação socioeconômica do município e dos pequenos proprietários rurais durante e após a crise do café da década de 1980, bem como a situação atual desses pequenos proprietários,

principalmente no que diz respeito às ações realizadas pelos órgãos e entidades que os entrevistados representam.

Na segunda fase da terceira etapa, realizamos o trabalho de campo na zona rural do município de Dracena, com o objetivo de aplicarmos um questionário (Apêndice B) elaborado aos responsáveis por 21 (vinte e uma) unidades produtivas. Esse número selecionado (21 unidades produtivas) equivale a 5% do número total de unidades entre 5 (cinco) e 20 (vinte) hectares do município, que é de 414 (quatrocentos e quatorze) unidades, segundo dados do LUPA (2007/08). As unidades produtivas pesquisadas foram indicadas pela presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD) e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (STRD), além da visitação no bairro rural Palmeiras. A APRD nos indicou alguns associados. O STRD, que organiza as feiras livres que ocorrem de quarta-feira e de domingo, nos indicou outros pequenos produtores que participam da feira. E, por último, realizamos uma visitação no bairro rural Palmeiras, onde completamos o número de propriedades que deveriam ser visitadas. Houve a aplicação de um questionário com o responsável pela propriedade rural com o intuito de conhecer os aspectos econômicos e sociais dos pequenos proprietários e de suas propriedades.

Além desta introdução, das considerações finais, das referências e dos apêndices, este trabalho encontra-se organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, analisamos, de forma sucinta, as transformações ocorridas no espaço rural brasileiro a partir da década de 1960. Tal análise foi realizada com o intuito de compreender a dinâmica do espaço rural, tendo em vista que as relações entre o campo e a cidade foram fortemente acentuadas a partir dessa década.

No segundo capítulo, procuramos realizar a análise da importância da cafeicultura para o Estado de São Paulo. Também realizamos a contextualização da região e do município de Dracena, onde procuramos identificar as relações de dependência com a cafeicultura, bem como os desdobramentos que a crise do café da década de 1980 proporcionou ao extremo oeste paulista.

No terceiro capítulo, analisamos as mudanças no perfil demográfico e na estrutura produtiva agropecuária do município de Dracena, utilizando o recorte temporal entre 1970 e 2012. Para tanto, pautamos nossa pesquisa em dados

referentes aos seguintes aspectos: população total, urbana e rural; estrutura fundiária; estrutura produtiva; produção de café na região e no município; lavouras permanentes; lavouras temporárias; efetivo animal; produção de origem animal; grau de instrução dos proprietários rurais; e utilização de assistência técnica.

No quarto capítulo, realizamos a análise das informações obtidas durante o trabalho de campo, articulando-as com os referenciais teóricos. A partir do ponto de vista dos principais responsáveis pelo setor agropecuário do município estudado, procuramos apresentar a situação socioeconômica do município e dos pequenos proprietários rurais durante e após a crise do café da década de 1980, bem como a situação atual desses pequenos proprietários. Também procuramos realizar a caracterização do perfil socioeconômico dos pequenos proprietários pesquisados e de seus familiares, no que diz respeito à faixa etária, sexo, número de pessoas na propriedade, meios de obtenção de renda, participação dos pequenos proprietários nas políticas públicas e a intenção de permanecer ou não na zona rural. Com relação à propriedade, procuramos identificar a distância em relação ao centro da cidade, a situação financeira da propriedade durante e após a crise do café da década de 1980, o tamanho atual e as atividades agropecuárias desenvolvidas.

2 – O ESPAÇO RURAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste capítulo, analisaremos, de forma sucinta, as transformações econômicas e sociais ocorridas no espaço rural brasileiro a partir da década de 1960. Tais transformações modificaram completamente a dinâmica do espaço rural, tendo em vista que as relações entre o campo e a cidade foram fortemente acentuadas.

2.1 – Os agentes transformadores

O campo sempre enfrentou problemas relacionados aos fatores naturais e aos aspectos econômicos e sociais que foram proporcionados por processos que ocorreram ao longo da história, que acabaram alterando sua dinâmica. A urbanização e a industrialização foram alguns destes processos que atuaram no meio rural, provocando uma profunda crise na sociedade rural (DURHAN, 1978).

Com a intensificação das relações entre o campo e a cidade, aquele passou a ter uma dependência maior em relação à cidade. Segundo Portela:

A urbanização não consiste apenas somente num crescimento das cidades; ela implica uma série de outras transformações, tais como a dependência do campo em relação à cidade e transformação de um sistema integrado de cidades, também conhecido como rede urbana (PORTELA, 1995, p. 17).

Durhan também aborda esses processos. Para a autora, a industrialização e a urbanização proporcionaram uma transformação na sociedade do ponto de vista econômico e social. Segundo Durhan:

A industrialização e a urbanização significaram a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento (DURHAN, 1978, p. 8).

Para Damiani (2006, p. 145): “O processo geral de urbanização é um fenômeno múltiplo, diferenciado e multidimensional, de caráter mundial”. Esse processo de urbanização ocorreu no mundo todo, o que se diferenciou foi a velocidade com que esse fenômeno ocorreu nas diferentes regiões. Os países subdesenvolvidos apresentaram um processo de urbanização mais rápido em relação aos países desenvolvidos. Enquanto nos países desenvolvidos, a população urbana foi multiplicada por 2,5 entre 1920 e 1980; nos países subdesenvolvidos, o multiplicador se aproxima de seis. Esse foi o caso do Brasil, que passou por um processo de urbanização avassalador. (SANTOS, 1988). “No caso do Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos” (SANTOS, 1988, p. 42).

É claro que essa transformação não ocorreu de forma homogênea em todo o país, já que o Brasil possui um território com dimensões continentais, porém, não se pode negar que o campo está cada vez mais ligado à cidade, mesmo mantendo parte de suas características. Segundo Araújo *et al.* (2008, p. 115), o rural é: “[...] um espaço que influencia e é influenciado pelo urbano, que incorpora valores urbanos, mas mantendo valores rurais”. Carneiro também compartilha desse ponto de vista, pois para a autora:

Ainda que os efeitos da expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam, de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência a transformação uniformizadora das condições de vida no campo (CARNEIRO, 1998, p. 54).

O deslocamento da população do campo para as cidades possui, por um lado, relação direta com as condições apresentadas pelo campo, marcada pela grande concentração fundiária e as precárias condições em termos de infraestrutura e equipamentos coletivos e, por outro, uma estreita ligação com o desenvolvimento econômico. Os avanços tecnológicos proporcionados pelo desenvolvimento econômico tornaram a vida daqueles que não tinham o acesso à tecnologia cada vez mais difícil. Para Endlich:

A vida rural, examinada de um ponto de vista conhecedor dos avanços realizados, significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado desse trabalho oferece o mínimo necessário para viver. (ENDLICH, 2009, p. 153).

As tecnologias existentes, muitas vezes, não chegam até o pequeno proprietário rural devido ao seu valor elevado. Muitas dessas tecnologias são desenvolvidas para grandes explorações, sendo pouco viáveis para as pequenas explorações. Isso faz com que o pequeno proprietário e seus dependentes, não sejam beneficiados pela evolução tecnológica, pelo contrário, tal evolução prejudica a reprodução do pequeno proprietário, tendo em vista que quanto mais a tecnologia avança, mais o homem do campo fica atrasado, do ponto de vista tecnológico, o que acaba forçando a sua emigração. Segundo Durhan:

Solicitados de um lado por novas necessidades, limitados de outro por uma tecnologia pobre, o homem do campo é objeto de tensões cada vez maiores, ante as quais a emigração se apresenta como uma das poucas soluções possíveis (DURHAN, 1978, p. 111).

Com o aumento das relações entre o campo e a cidade, o primeiro perdeu seu caráter autossuficiente, já que a cidade passou a influenciar cada vez mais em sua dinâmica (MONTE-MÓR, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que a população do campo não dependia apenas de suas próprias forças para vencer a crise, já que a expansão do capitalismo no campo trouxe uma nova configuração econômica e social, o que acabou alterando a estrutura do processo produtivo. Devido à mecanização do campo, a necessidade de mão-de-obra foi reduzida e muitos trabalhadores rurais perderam seu emprego. De acordo com Santos:

A agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo (SANTOS, 1988, p. 43).

Para Endlich (2009, p. 61): “[...] a adoção de tecnologia tem provocado a necessidade, pela maioria da sociedade, de buscar nova inserção social, o que em

geral implica mobilidade espacial". A presença de tecnologia no campo aliado a outros fatores (urbanização, industrialização, dentre outros), enfraqueceu a dinâmica do meio rural e, por consequência, dificultou a permanência de seus moradores.

Sem muitas perspectivas econômicas para a permanência no campo, a saída encontrada pelos pequenos produtores foi o deslocamento em direção à cidade. Para Durhan (1978, p. 113): "O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que 'não pode mudar de vida', isto é, que a sua miséria é uma condição permanente". Dessa forma, pode-se concluir que sair da zona rural é a última opção e acontece quando o pequeno proprietário percebe que a sua situação é imutável.

A quebra do isolamento das comunidades rurais proporcionou o conhecimento de novas realidades aos moradores do campo, por isso eles passaram a ter consciência da difícil situação em que se encontravam. A partir da conscientização de sua realidade, o homem do campo passou a vislumbrar a melhoria dessa realidade. Segundo Durhan (1978, p. 114): "a percepção da necessidade de 'melhorar de vida' é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva".

O meio rural não apresentava as condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social, enquanto o urbano possibilitava essas condições. Para Endlich (2009, p. 154): "Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade, ainda que tal superação se mantenha no plano das perspectivas otimistas". Nesse sentido, trocar o campo pela cidade é a opção escolhida pelos pequenos produtores para tentar melhorar suas respectivas situações, já que "nessas condições, a melhoria de vida só pode ser concebida como abandono desse universo e integração em um sistema diferente que ofereça melhores oportunidades" (DURHAN, 1978, p. 115). Diante desses fatos "[...] a migração para a cidade se torna compulsória" (DURHAN, 1978, p. 124).

Os baixos salários e a falta de garantia de trabalho são fatores que tornaram a vida do homem do campo um tanto quanto inconstante. Tais fatores dificultaram a reprodução do trabalhador e de sua família na zona rural. Por isso, a emigração para a cidade com o intuito de conseguir um emprego urbano tornou-se objetivo principal de todos aqueles que buscavam condições melhores de vida.

Outro fator importante que ocorria nas cidades, e não era visto no campo, era a presença de instituições (sindicatos, organizações assistenciais). Tais instituições eram fundamentais no processo de ressocialização dos indivíduos que trocavam o campo pela cidade, pois, mesmo não participando ativamente, os indivíduos eram beneficiados “indiretamente através das reivindicações de classe, o que favorece o seu ajustamento, melhorando suas condições de vida e abrindo novas possibilidades de ascensão para as gerações subsequentes” (DURHAN, 1978, p. 125). A possibilidade de salários elevados, de assistência médica, de instrução para os filhos eram tidos como “vantagens” que a cidade proporcionava (DURHAN, 1978).

Esse deslocamento da população do campo para a cidade proporcionou uma nova configuração estrutural da população e da economia do país. Segundo Camargo (1968, p. 49): “não se pode deixar de atentar para importantes transformações de caráter estrutural implicadas nos deslocamentos rural-urbanos da população nas diversas regiões geoeconômicas”. Essa reconfiguração estrutural proporcionou transformações socioeconômicas na cidade e no campo, mesmo que com diferentes intensidades. Nesse sentido, Durhan afirma que:

[...] a integração de contingentes crescentes de trabalhadores rurais nas cidades não significa apenas urbanização, mas é um aspecto de uma transformação do sistema socioeconômico que afeta tanto a cidade quanto o campo (DURHAN, 1978, p. 39).

O padrão de consumo também foi alterado, já que a saída de população do campo para a cidade mudou a sua estrutura. Houve uma diminuição da produção de subsistência e, por consequência, um aumento das compras nos estabelecimentos comerciais. Tal processo foi evidenciado pelo aumento da demanda nos setores de comércio e serviços (ENDLICH, 2009). Esse processo contribuiu para acentuar “fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização das relações sociais” (ENDLICH, 2009, p. 158).

A partir do que foi exposto, entendemos que o espaço rural no Brasil enfrenta obstáculos que impedem o seu desenvolvimento, o que acaba enfraquecendo suas relações econômicas e sociais.

2.2 – O atual momento da vida no campo

No passado, os meios de comunicação, principalmente a televisão, contribuíram para a disseminação de novos valores culturais. Essa difusão de novos valores fazia parte de um processo que visava transformar o Brasil de agrário para urbano. Tal processo “[...] teve significativo papel no processo da modernização econômica brasileira, ocorrida com teor tão excludente.” (ENDLICH, 2009, p. 158).

Se no passado, os meios de comunicação colaboraram para transformar o país de agrário para urbano, proporcionando enorme desigualdade entre as duas áreas, nos dias atuais, as tecnologias e os meios de comunicação, cada vez mais eficientes, estão proporcionando aos moradores da zona rural uma integração cada vez maior com a cidade, o que pode ajudar na manutenção da população no meio rural, já que esses fatores fazem com que o campo não seja mais sinônimo de atraso (MARQUES, 2002).

A acessibilidade, proporcionada pelo uso dos automóveis, facilita o deslocamento da população do campo para a cidade ou, o processo inverso, da cidade para o campo (ENDLICH, 2009). Isso faz com que as relações entre campo e cidade sejam cada vez mais intensas, o que facilita a permanência dos moradores na zona rural. Durante o trabalho de campo, alguns pequenos proprietários afirmaram que apesar da rentabilidade da produção agrícola ser pequena, a proximidade e a facilidade de chegar à cidade faz com que esse seja um fator importante para a permanência no campo.

Verificamos que estes benefícios - a acessibilidade, o fácil acesso as tecnologias e aos meios de comunicação - são alguns dos principais fatores que fazem com que os pequenos proprietários pesquisados permaneçam no campo. De acordo com os pequenos proprietários, esses benefícios fazem com que a permanência no campo seja mais fácil, diferentemente de décadas atrás, onde as estradas rurais eram precárias e as tecnologias e os meios de comunicação não possuíam a eficiência necessária. De acordo com os pequenos proprietários, esses benefícios aliados aos aspectos já tradicionais do campo – segurança, tranquilidade, qualidade de vida - tornam a vida no campo cada vez melhor. Segundo Schneider:

[...] a vida no campo, antes sinônimo de atraso e privação, crescentemente passa a ser vista como um privilégio quando comparada ao trabalho, à alimentação, à segurança e à qualidade de vida das sociedades urbanas contemporâneas (SCHNEIDER, 1999, p. 191).

Tendo em vista a intensificação das relações campo-cidade que se pretende analisar, no próximo capítulo, a expansão da cafeicultura para a região da Nova Alta Paulista, e em particular para o município de Dracena, bem como a crise provocada pela decadência da economia cafeeira nesta região na década de 1980.

3 – A EXPANSÃO E A CRISE DA CAFEICULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO E NA NOVA ALTA PAULISTA

Neste capítulo iremos abordar a importância da cafeicultura para o Estado de São Paulo. Também abordaremos a relação entre a expansão da cafeicultura para o oeste desse estado e a formação da Nova Alta Paulista e do município de Dracena, bem como os desdobramentos que a crise do café da década de 1980 proporcionou ao município estudado.

3.1 – O café e a sua importância no Estado de São Paulo

No Estado de São Paulo, a cafeicultura teve “o grande papel de dinamizadora da economia regional” (CAMARGO, 1968, p. 58). A cafeicultura proporcionou um grande estímulo para que imigrantes viessem para o Estado de São Paulo, já que cerca de mais de 2,5 milhões de imigrantes entraram em território paulista, entre 1887 e 1950. Tais imigrantes contribuíram para aumentar rapidamente o contingente demográfico economicamente ativo do Estado (CAMARGO, 1968).

O complexo cafeeiro não era apenas a produção do café. Esse complexo englobava uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras. Essas atividades variavam desde a fabricação dos equipamentos necessários para o plantio e colheita até as ações no mercado financeiro. Para Endlich (2009, p. 66): “[...] o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que produção do café, pois implicava uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial”.

A formação do capital industrial no Estado de São Paulo está intimamente ligada ao complexo cafeeiro, tendo em vista que esse complexo criou as condições necessárias para o surgimento e ampliação desse capital. A partir dos recursos proporcionados pelo excedente financeiro dessa atividade, surgiram as primeiras indústrias, com destaque para as manufatureiras. Tais indústrias foram criadas para suprir a demanda do complexo cafeeiro, pois de acordo com Endlich:

Para compreender a geografia e a história do Estado de São Paulo, é relevante mostrar os vínculos entre o complexo cafeeiro e a formação do capital industrial, no qual ganha destaque a indústria manufatureira, com fabricação de máquinas e implementos agrícolas, além de produção de sacarias de juta para a embalagem, entre outros (ENDLICH, 2009, p. 66).

O café apareceu e configurou-se como uma importante opção econômica para o Estado de São Paulo. O complexo cafeeiro teve um papel importante para a ocupação demográfica e para a economia do estado, porém, também proporcionou malefícios. A exploração dos recursos naturais era intensa, não havia a preocupação com o meio ambiente. Os grandes produtores não estavam preocupados com o meio ambiente, mas com a acumulação do capital. Segundo Gil:

Considerado como uma opção econômica para São Paulo, o café começou a promover uma refuncionalização estrutural. No entanto, a mesma lógica extrativista, que norteou as explorações econômicas desde o início da colonização brasileira, continuou ativa na introdução da cultura cafeeira: utilização incondicional dos recursos naturais e quando estes se exaurem, segue-se para frente, à procura de áreas novas, onde o mesmo processo será implantado (GIL, 2008, p. 55).

O surgimento das ferrovias foi de extrema importância para o Estado de São Paulo. As ferrovias fizeram parte da estratégia de expansão econômica do complexo cafeeiro. O seu traçado seguiu os interesses dos principais envolvidos com o complexo cafeeiro. Elas interligavam todo o território paulista, o que favorecia o escoamento da produção, inclusive para outros países. De acordo com Gil:

Interligando área de produção, portos de exportação, a capital, e as principais cidades-pólo da época, as ferrovias desempenharam papel estratégico na conjuntura econômico-político-social paulista e nacional ao longo da primeira metade do século XX. Elas foram traçadas e conduzidas pelos interesses dos gestores, dos produtores e dos comerciantes de café, e os longos quilômetros de seus trilhos eram estendidos depois que o povoamento e a produção agrícola assegurassem fretes que compensassem a sua instalação (GIL, 2008, p. 61).

Como pôde ser visto, “a organização econômica e social do Estado de São Paulo entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX,

emerge do capital agrário, fortemente embasado no complexo cafeeiro” (GIL, 2008, p. 78). Nesse sentido, podemos concluir que a economia e o povoamento desse Estado tiveram seu ritmo ditado pelos interesses do complexo cafeeiro e, em virtude desses interesses, que surge a Nova Alta Paulista, região em que se localiza o município de Dracena.

3.2 - Formação do município de Dracena e a relação com o café

O município de Dracena (Figura 1) formou-se devido à expansão do cultivo do café para o Oeste do Estado de São Paulo, além do loteamento de glebas realizado pelas companhias colonizadoras. Oliveira afirma que:

[...] os detentores dos capitais destas companhias, em sua maioria absoluta, eram integrantes da burguesia cafeeira nas antigas zonas produtoras do Estado, que, devido às crises que se sucederam nas primeiras décadas do século XX e, sobretudo, pela grande crise de 1929, abandonaram a atividade cafeeira nas zonas antigas e partiram em busca de uma reprodução ampliada de capital por meio da aquisição de glebas nas zonas novas do Planalto Ocidental Paulista (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

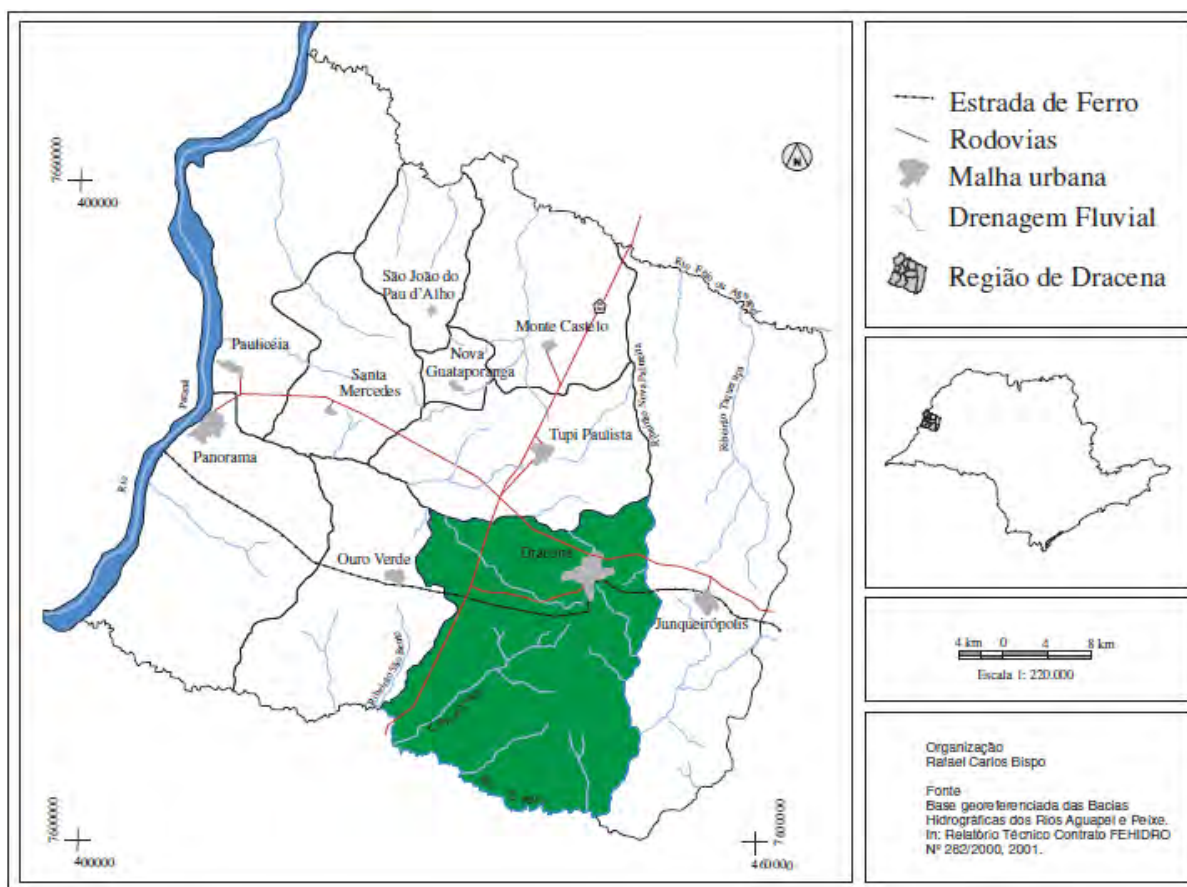


Figura 1 - Localização do município de Dracena na Microrregião Geográfica de Dracena.

Fonte: Bispo (2007).

Esse movimento expansionista ficou conhecido como “Marcha para o Oeste” (MONBEIG, 1984). A Nova Alta Paulista fez parte da última “onda” deste processo de expansão para o Oeste do Estado de São Paulo, sendo assim, a última área a ser efetivamente ocupada nesta unidade da federação, o que propiciou o surgimento de dezenas de municípios na região entre os anos 1930 e 1960 (OLIVEIRA, 2003; GIL, 2008). A denominação “Nova Alta Paulista” se deu justamente pelo fato dessa região ser a última área a ser efetivamente ocupada a partir da Alta Paulista, sendo considerada uma sequência da mesma (OLIVEIRA, 2003).

Segundo Hespanhol:

A cafeicultura se constituiu, no início do século XX, num dos elementos centrais do processo de ocupação do Planalto Ocidental Paulista. A procura por terras férteis que pudessem garantir a

expansão dessa lavoura e os interesses de empresas colonizadoras, vinculadas ao loteamento de glebas, foram responsáveis pela incorporação produtiva de grandes parcelas do Oeste do Estado de São Paulo (HESPANHOL, 2008, p. 134).

Esse processo de expansão para o Oeste do Estado proporcionou a criação de estradas e o prolongamento da ferrovia até a Nova Alta Paulista. Antes da criação das estradas e da expansão da ferrovia, a produção possuía uma comercialização restringida e acabava ficando na região, pois não havia uma ligação com os maiores centros e nem com o Porto de Santos para o escoamento da produção para outros países. De acordo com Oliveira:

[...] toda a Alta Paulista, localizada no espigão divisor dos rios Peixe e Aguapeí tinha como principal obstáculo à expansão da atividade cafeeira a inexistência de um sistema de transportes efetivo que a interligasse às antigas zonas produtoras de café e, sobretudo ao Porto de Santos. (OLIVEIRA, 2003, p. 9)

A rodovia foi a principal motivadora para a abertura dos loteamentos e o início do povoamento da região, já que a expansão da ferrovia só se efetivava a partir dos interesses dos administradores. Desse modo, a sua expansão só ocorria quando a região apresentava certo povoamento e rendimento. Para Monbeig:

[...] na Alta Paulista, a rodovia é que favorece a abertura dos loteamentos. A estrada de ferro progride aos saltos, porque os administradores não se decidem pela colocação dos trilhos senão quando a região está suficientemente povoada e em pleno rendimento (MONBEIG, 1984, p. 230).

Essa situação foi diferente do que ocorreu em regiões vizinhas, como a Alta Sorocabana e a Alta Noroeste. Nessas regiões, as estradas de ferro foram instaladas antes mesmo que a região fosse efetivamente povoada. Segundo Oliveira:

Eis uma característica fundamental que distingue o processo de incorporação da Alta Paulista em relação à Alta Sorocabana e Alta Noroeste, tendo em vista que estas duas últimas, antes mesmo de serem efetivamente povoadas, já possuíam as estradas de ferro em pleno funcionamento em função do desenvolvimento cafeeiro, enquanto na Alta Paulista, os trilhos da estrada de ferro chegaram depois que o povoamento tinha se efetivado (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

Apesar da demora na expansão da ferrovia, o seu prolongamento foi de extrema importância para o povoamento e o desenvolvimento da região. Ao longo da ferrovia, foram surgindo vários núcleos urbanos que depois acabaram se efetivando como cidades, como foi o caso de Dracena. De acordo com Veloso:

A ocupação do espigão Aguapeí-Peixe se deve graças ao traçado dos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, controlando o surgimento dos centros urbanos na região. Esse fato gerou enormes empreendimentos das companhias imobiliárias e de colonização na compra e revenda de glebas de terras para fundar novos patrimônios na Nova Alta Paulista e no loteamento de pequenas propriedades [...] (VELOSO, 2008, p. 21).

Os núcleos urbanos que foram surgindo tornaram-se essenciais para o desenvolvimento das atividades agrícolas na região, tendo em vista que “esses núcleos ofereciam o apoio técnico e econômico através da prestação de serviços à área rural, pois as economias dessas zonas novas estavam voltadas exclusivamente à produção agrícola” (VELOSO, 2011, p. 75).

Por se tratar de uma região incipiente, a Alta Paulista atraía os interesses das companhias vizinhas: a Noroeste, que atuava no norte da Alta Paulista, e a Sorocabana, que atuava no sul da Alta Paulista. A Alta Paulista localiza-se entre as duas regiões e o seu povoamento proporcionou a expansão dos raios de atuação das duas regiões. Segundo Monbeig:

O povoamento do espigão entre o rio do Peixe e o Aguapeí levou, portanto, à Noroeste e à Sorocabana como que um alargamento de seus raios de ação, graças às estradas e aos caminhões. As duas companhias disputavam o controle de um sertão onde a invasão apenas começava (MONBEIG, 1984, p. 200).

Nesse sentido, a atuação dessas duas estradas de ferro que margeavam a Alta Paulista foi extremamente importante para a ocupação efetiva dessa região. Oliveira afirma que:

[...] a ocupação efetiva da Nova Alta Paulista, delimitada geograficamente a partir do município de Tupã e se estendendo pelo espigão divisor entre os rios Aguapeí e Peixe, até o município de Panorama na margem esquerda do rio Paraná, foi pautada no avanço de três Estradas de Ferro. Por um lado, as Estradas de Ferro Noroeste (na Região de Araçatuba) e Sorocabana (na Região de Presidente Prudente), tiveram uma expressiva influência pela

proximidade, considerando que ambas “margeavam” a Região da Nova Alta Paulista (OLIVEIRA, 2003, p. 10).

De acordo com o que foi exposto, podemos verificar que desde a sua formação, o município de Dracena sempre esteve estreitamente ligado à cultura cafeeira. Além de sua formação, o seu crescimento econômico também esteve atrelado à referida cultura. Nesse contexto, entendemos que essa relação de dependência tornou o município mais vulnerável aos impactos da crise do café da década de 1980.

3.3 – O declínio da atividade cafeeira e seus impactos na Nova Alta Paulista

Desde o início de sua formação socioespacial, a Nova Alta Paulista apresentou laços estreitos com a cultura cafeeira, já que sua formação se deu, justamente, pela expansão cafeeira em direção ao oeste paulista. Se, no início, essa atividade proporcionou um crescimento econômico para a região, o seu declínio também trouxe impactos visíveis, mas dessa vez, do ponto de vista negativo.

Foram vários os fatores que contribuíram para a desaceleração da cultura cafeeira na região estudada. Além dos fatores mais gerais, como a conjuntura político-econômica nacional e internacional, ocorreu também a incidência de fatores particulares da região, como o manejo inadequado do solo, as práticas espontaneístas dos agricultores, dentre outros, com destaque para as geadas que ocorreram na região, que também contribuíram de forma expressiva para esse declínio.

Segundo Segatti:

A problemática mercadológica do comércio internacional do café e as questões geopolíticas em relevo naquele período influenciaram negativamente os preços desse grão. Além disso, a disseminação incontrolável da praga do nematóide foi outro fator que contribuiu para o declínio dessa cultura em todo Oeste Paulista. Um fator de grande impacto somou-se aos anteriores: a geada de 1975 (SEGATTI, 2009, p. 68).

As condições da conjuntura nacional nesse período não eram nada favoráveis. O país atravessava um período conturbado do ponto de vista econômico e político. A população sofria com a instabilidade econômica, com juros altos e com a inflação atingindo níveis altíssimos. De acordo com Gil:

Além das questões locais – degradação do solo e ataque de pragas e doenças, descapitalização dos agricultores, ausência de planos municipais de desenvolvimento, entre outras – deve-se considerar a conjuntura nacional nesse período, destacando-se os planos econômicos, a inflação exacerbada, os juros altos sobre os financiamentos agrícolas e a falta de definição de uma política agrícola voltada para a pequena produção (GIL, 2008, p. 90).

Vale destacar que desde o final da década de 1960, a cultura cafeeira já encontrava dificuldades na região. O solo, que era de fertilidade mediana, passou a demonstrar sinais de exaustão devido ao manejo inadequado, o que contribuiu para a diminuição da produção cafeeira. Apesar deste fator desfavorável, os produtores continuaram investindo no café até o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, período em que a crise econômica nacional e internacional os afetou, levando à sua descapitalização. Essa desestruturação do sistema produtivo levou à inevitável evasão demográfica na região (SEGATTI, 2009).

Segundo Gil:

Construída na esteira da expansão cafeeira para o Oeste e da concentração industrial nas metrópoles do Sudeste, particularmente na de São Paulo, a Nova Alta Paulista diminuiu seu ritmo de crescimento a partir do final da década de 1960, agravando-se com a geada de 1975 e com os impactos da conjuntura político-econômica nacional e internacional, que contribuíram para a desaceleração dessa atividade praticada nos moldes empregados até então (GIL, 2008, p. 108).

A decadência da cafeicultura trouxe consequências irreparáveis aos pequenos produtores rurais da região de Dracena, principalmente no que diz respeito ao aspecto econômico. Nesse contexto, a saída de parte da população, sobretudo dos mais jovens, do campo em direção à cidade tornou-se necessária e incentivada pelos mais idosos. Veloso afirma que:

Diante desse quadro de erradicação de cafezais e de reestruturação do setor agropecuário é que inserimos os pequenos produtores rurais

do município de Junqueirópolis e da região de Dracena, segmento influenciado diretamente por esse processo de mudanças no espaço rural regional. Dessa forma, muitos pequenos produtores rurais, como parceiros e arrendatários ou mesmo pequenos proprietários de terra, sofreram um acelerado processo de empobrecimento e pauperização na década de 1980; e não mais conseguindo se manter na atividade produtiva, deixaram o espaço rural ou incentivaram os familiares mais jovens a migrarem para outras localidades (VELOSO, 2011, p. 76).

Não foi apenas o meio rural que sofreu alterações significativas, as cidades da região também sofreram as consequências e a região estagnou-se do ponto de vista econômico. Segundo Gil (2008, p. 86): “[...] houve empobrecimento de boa parte da população, com a formação de bairros periféricos e pobres, evasão populacional elevada, estagnação do comércio e pouco dinamismo industrial [...]”. Como pode ser observado, o meio urbano também estagnou durante a crise, já que a economia da região era extremamente dependente da cultura cafeeira. Esse processo culminou na reorganização do espaço geográfico, além de modificações na estrutura socioeconômica da região. Para Gil (2008, p. 91): “tanto o campo quanto a cidade passaram por um longo período de incertezas, com várias iniciativas isoladas e outras tantas incentivadas por cooperativas e associações, apoiadas pelo poder público municipal”.

Em alguns municípios, os prejuízos foram tão intensos que a cafeicultura foi erradicada. Esse fato ocorreu em Panorama e Paulicéia, dois municípios situados às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul. Nessas duas localidades, a erradicação pode estar ligada à atividade oleira, muito presente nos dois municípios e, que atualmente é uma das principais fontes de renda dessas localidades, juntamente com o turismo. As olarias apresentaram-se como uma fonte econômica substitutiva à cafeicultura nos dois municípios, empregando parte da população dessas localidades. Enquanto isso, nos outros municípios da região, nenhuma outra atividade apresentou-se com tanta força a ponto de erradicar a cafeicultura. Segundo Gil:

Houve erradicação da cafeicultura em alguns municípios, como Panorama e Paulicéia, e a redução da população cafeeira em outros, substituída por outras culturas ou outras atividades, indicando o fim da homogeneidade da onda verde que caracterizou os objetivos da maior parte de quem migrou para essa porção do Estado de São Paulo (GIL, 2008, p. 87).

Em meio a toda essa crise regional, algumas alternativas foram buscadas com o intuito de retomar o crescimento econômico. A solução vislumbrada pelas lideranças municipais e, principalmente, pela população, era a implantação de indústrias na região. Havia o ideário que as indústrias seriam a principal alternativa que poderia trazer de volta o crescimento econômico da região. Isso fez com que a população passasse a cobrar dos governos municipais a instalação de indústrias. Existia uma disputa entre os municípios para receber as indústrias. As prefeituras ofereciam isenção fiscal, terrenos, dentre outras vantagens, com o intuito de atrair as indústrias, porém:

Todo esse empenho, no entanto, não logrou os resultados esperados. Poucas indústrias interessaram-se por essa área, preferindo os polos regionais inseridos em mercados regionais mais dinâmicos e, principalmente, próximos à capital e à região metropolitana (GIL, 2008, p. 98).

Isso fez com que a Nova Alta Paulista vivesse um processo de estagnação econômica e evasão populacional durante a década de 1980 e parte dos anos de 1990, tendo em vista que as alternativas escolhidas não surtiram o efeito necessário para que a região voltasse a ter uma economia mais fortalecida. De acordo com Gil:

Os anos de 1980 e boa parte da década de 1990 foram de estagnação econômica. Apesar dos esforços dos prefeitos, vereadores, lideranças regionais, agricultores, entre outros, pela busca de alternativas, não se registraram muitos resultados significativos. Ao contrário, os municípios continuaram perdendo população (GIL, 2008, p. 109).

A partir da década de 1990, a Nova Alta Paulista passou por um processo de reestruturação produtiva¹ que está em vigor até os dias de hoje. Esse período é marcado pela introdução da cultura da cana-de-açúcar e da fruticultura. Apesar da importância da fruticultura na região, o espaço dedicado a esse tipo de atividade é menor que o espaço dedicado à cana-de-açúcar. Por isso, na atualidade, a cana-de-açúcar é a lavoura que mais substitui os espaços deixados pela cafeicultura e pela

¹ Baseando-se no trabalho de Alves (2007), entendemos por reestruturação produtiva, o processo que visa buscar novas estratégias produtivas com o intuito de manter os níveis de acumulação satisfatórios para o sistema capitalista.

pecuária de corte, que também está em declínio na região. Assim, enquanto que a cafeicultura foi perdendo espaço na região, a cana-de-açúcar foi ganhando esses espaços. Com isso, podemos concluir que “a cultura canavieira seguiu caminho inverso à cultura cafeeira na Nova Alta Paulista, substituindo culturas e pastagens ao longo das últimas décadas” (GIL, 2008, p. 108).

No período atual, a reprodução social do pequeno proprietário e de sua família na Nova Alta Paulista está ainda mais difícil, tendo em vista que “a introdução das pastagens e, principalmente, da canavicultura mecanizada, provocou significativa valorização das terras, inviabilizando, ainda mais, a agricultura familiar” (GIL, 2008, p. 53). A agricultura familiar oferece rendimentos menores que as terras que são arrendadas para a cultura canavieira. Desse modo, a referida cultura acaba proporcionando a valorização dessas terras, o que implica em dificuldades para a manutenção da agricultura familiar, já que esta forma de organização da produção apresenta-se menos rentável. Isso faz com que, cada vez mais, a cana-de-açúcar avance sobre os espaços que antes eram destinados à agricultura familiar.

A introdução da canavicultura proporcionou um processo de modernização da lavoura de cana-de-açúcar, porém, nem todas as atividades e nem todos os proprietários rurais contam com essa modernização. Apenas a cultura canavieira conta com esses aparatos tecnológicos mais modernos. Existe um contraste muito grande entre os pequenos proprietários rurais que não estão ligados à cultura canavieira e os grandes proprietários que arrendaram suas terras para a cultura canavieira. Enquanto os pequenos proprietários sofrem com a falta de informação, qualificação e tecnologia; os grandes proprietários que adotaram a canavicultura experimentam as mais modernas tecnologias. Para Gil:

A modernização do campo apresenta-se bastante paradoxal. Propriedades com exploração *hight tech* da cultura canavieira contrastam com sítios precarizados e de exploração subutilizada, além da baixa tecnificação predominante (GIL, 2008, p.108).

Como pôde ser observado, a Nova Alta Paulista sofreu intensamente durante e após a crise do café da década de 1980. Depois de muitos anos de incertezas e estagnação econômica, na década de 1980 a cultura canavieira se expandiu pela região, proporcionando assim, a reestruturação produtiva da região, substituindo

cafezais e, mais recentemente, as pastagens. Além da reestruturação produtiva, a canavieicultura promoveu a retomada do crescimento econômico regional, juntamente com a instalação de presídios na região. Situação que iremos abordar no próximo subitem.

3.4 - A instalação dos presídios e a expansão da atividade sucroalcooleira

Depois de muitos anos de estagnação econômica, a Nova Alta Paulista viu na instalação de presídios e na expansão da atividade sucroalcooleira uma nova oportunidade para resgatar o crescimento econômico da região. Tais atividades representaram um novo momento na economia regional, já que ambas proporcionaram um incremento na economia, principalmente devido ao aumento da demanda pela mão-de-obra.

A desconcentração espacial dos presídios para o interior paulista criou a necessidade de municípios que tivessem interesse em receber as unidades. Como a Nova Alta Paulista passava por um período de estagnação econômica, a saída encontrada por alguns prefeitos foi a de demonstrar interesse pela instalação da unidade prisional, principalmente pelo número de empregos que a unidade poderia gerar. Esse período ficou marcado pela negociação política entre o governador do estado e os prefeitos da região. De acordo com Gil (2008, p.2008): “O apelo do governador para que os prefeitos demonstrassem interesse na instalação dos presídios encontrou eco principalmente nos municípios que se debatiam para minimizar um dos seus principais problemas: o desemprego”.

Além do aumento da oferta de empregos, no caso de Tupi Paulista, a população carcerária iria servir para aumentar a população do município, proporcionando um aumento no percentual e na quantia que o município recebia do Fundo de Participação dos Municípios. O município precisava de apenas mais 200 habitantes para aumentar sua arrecadação de 0,8% para 1,0%, e a unidade prisional contribuiu para esse propósito (GIL, 2008).

Devido à tendência mundial para utilização das energias renováveis, a atividade sucroalcooleira tornou-se foco de grandes investimentos no Brasil. O Sudeste, principalmente, o Estado de São Paulo, era a principal área de interesse desses investimentos (GIL, 2008). Na Nova Alta Paulista, a atividade sucroalcooleira encontrou condições para sua expansão devido a vários fatores, tais como: localização, disponibilidade de terras baratas, lacuna na economia deixada pelo café, idade avançada dos proprietários rurais, estagnação econômica da região, fraca organização política e sindical na região, dentre outros. Segundo Segatti:

Fatores locacionais, agronômicos e sociais apontam o Oeste paulista como a última e vantajosa fronteira estadual para expansão da atividade sucroalcooleira, destacando-se a microrregião de Dracena. Entre os fatores locacionais, a estrutura logística do Estado de São Paulo, favorece o escoamento da produção, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, aproveitando-se da rede de transporte de armazenamento e do porto de Santos (SEGATTI, 2009, p. 65).

Em poucos anos, a região em que se localiza o município de Dracena observou a intensificação da cultura canavieira. Não foi apenas a área plantada que aumentou, o número das agroindústrias sucroalcooleiras na região também foi ampliado. Essa necessidade de matéria-prima faz com que as usinas arrendem médias e grandes propriedades rurais para o cultivo da cana-de-açúcar, porém, atualmente algumas pequenas propriedades também já estão arrendando suas terras para o cultivo da referida cultura. Segundo Segatti:

Na microrregião de Dracena, no Oeste Paulista, visualiza-se claramente a dinâmica da plurifuncionalidade advinda das agroindústrias sucroalcooleiras implantadas e em implantação. Nos dez municípios que integram a microrregião, há seis usinas constituídas com extensas áreas de plantio de cana-de-açúcar, na grande maioria em áreas arrendadas, consideradas médias e grandes, e de pastagens (SEGATTI, 2009, p. 47).

A canavicultura provocou um rearranjo espacial na região, tendo em vista que essa atividade vem substituindo as pastagens e as lavouras existentes até então. Esse processo tende a avançar mais ainda, aumentando a transformação do espaço na região. A atividade sucroalcooleira não provoca mudanças apenas no espaço, mas traz impactos negativos ao meio ambiente devido às queimadas; provoca a

deterioração das estradas locais devido ao grande número de caminhões que fazem o transporte da cana-de-açúcar; origina impactos sociais devido à sazonalidade do emprego e às migrações de trabalhadores que vêm para a região para trabalhar apenas no período da safra; e, aumenta a concentração fundiária. Todos esses fatores contribuem para o enfraquecimento da agricultura familiar, além de provocar mudanças na organização produtiva da região (GIL, 2008).

A cultura canavieira não encontra resistências para o seu desenvolvimento na região, com isso a agricultura familiar é prejudicada. Não existe resistência por parte dos agricultores, já que não existe apoio efetivo do Governo Estadual, apesar da criação de alguns projetos, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. Além da falta de apoio, falta uma mobilização mais consistente entre os próprios agricultores. As lideranças regionais e municipais também não colaboram o suficiente, falta capacitação aos dirigentes políticos e técnicos. Segundo Gil:

A inadequação das instituições, o predomínio de dirigentes políticos e técnicos com visão defasada em relação às exigências do presente e a dificuldade de mobilização dos agricultores, constituem os principais freios ao desenvolvimento rural. Nesse hiato, expande-se a cana-de-açúcar, sem nenhuma resistência (GIL, 2008, p. 155).

Nesse contexto, a cultura canavieira proporcionou um novo momento econômico para a região, não visto desde os tempos de prosperidade da cafeicultura. Houve um aumento significativo na demanda por mão-de-obra, em que os próprios pequenos proprietários rurais e seus familiares vislumbraram uma nova possibilidade de aumentar suas rendas. A procura pelo trabalho assalariado muitas vezes é vista como a solução para a permanência no campo, já que o salário fixo se torna mais atraente devido a sua estabilidade. Segatti afirma que:

A demanda por mão-de-obra na região, tanto braçal como especializada, teve uma expansão há muito não percebida, forçando a contratação e consequente treinamento (em caso de tratoristas) de familiares e até dos próprios pequenos produtores rurais. Alguns ainda se sujeitam aos serviços braçais no corte da cana. O pequeno produtor se compromete com o trabalho assalariado na agroindústria ou terceirizado, deixando em plano secundário as atividades em sua propriedade, o que as torna menos produtivas (SEGATTI, 2009, p. 48).

Apesar de o trabalho no setor sucroalcooleiro gerar muitos empregos, muitos dos quais temporários, grande parte desses empregos gera baixa remuneração, como é o caso dos cortadores de cana. Além da baixa remuneração, esses estão sujeitos a diversos riscos, principalmente no que diz respeito à falta de segurança no trabalho. Contrastando com a baixa remuneração está o grande montante econômico que envolve a atividade sucroalcooleira. A grande questão é que esse elevado montante se apresenta altamente concentrado nas mãos de grupos que controlam as agroindústrias sucroalcooleiras, o que reforça o caráter de concentração de renda que essa atividade proporciona. Gil aponta que:

O risco iminente oferecido pela expansão da atividade sucroalcooleira sob a tendência das energias renováveis pode provocar impactos socioeconômicos desastrosos à sociedade regional. Tal realidade requer reflexões e estratégias urgentes para que a inserção do desenvolvimento regional sob essa tendência seja de equidade e não de concentração e exclusão (GIL, 2008, 174).

Para o município de Dracena, a referida cultura apresenta suas vantagens e desvantagens. Não se pode deixar de lado os benefícios que a canavicultura trouxe e continua trazendo para a região, mas também não podemos ignorar os malefícios que ela proporciona.

O fato é que a região e, conseqüentemente, o município estudado estavam estagnados economicamente desde a decadência da cafeicultura durante a década de 1980, por isso, a introdução da cana-de-açúcar e das agroindústrias sucroalcooleiras tiveram e ainda tem relevância no que diz respeito ao resgate do crescimento econômico da região e do município. Porém, é necessário que se observe atentamente as condições dos pequenos proprietários rurais, já que esses, muitas vezes, acabam sendo deixados de lado pelo poder público. Tanto o agronegócio como a agricultura familiar tem sua importância. O primeiro é responsável pela geração de divisas e desenvolvimento tecnológico, enquanto que o segundo responde por boa parte da produção de alimentos, além de ser mais benéfico do ponto de vista social e ambiental (SEGATTI, 2009). Cabe aos governantes encontrarem a medida certa para que os dois modelos possam coexistir.

4 – O PERFIL DEMOGRÁFICO E A ESTRUTURA AGROPECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE DRACENA

Neste capítulo, analisaremos as mudanças ocorridas no perfil demográfico e na estrutura agropecuária do município de Dracena entre os anos de 1970 e 2012. Para tanto, pautamos nossa pesquisa em dados de fontes secundárias referentes aos seguintes aspectos: população total, urbana e rural; estrutura fundiária; estrutura produtiva; produção de café na região e no município; lavouras permanentes; lavouras temporárias; efetivo animal; produção de origem animal; grau de instrução dos proprietários rurais; e utilização de assistência técnica.

Para a consecução dessa análise, coletamos dados de fontes secundárias junto aos: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010); Censos Agropecuários do IBGE (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96); Produção Pecuária Municipal do IBGE (2005 e 2010); Produção Agrícola Municipal do IBGE (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010); Levantamento Censitário das Unidades de Produção do Estado de São Paulo (1995/96 e 2007/08); e Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena (1970 – 2012).

4.1- A dinâmica populacional

Apesar das dificuldades enfrentadas durante e após a crise da cafeicultura da década de 1980, o município de Dracena nunca apresentou redução de sua população total (Tabela 1). Essa situação ocorria devido ao crescimento da população urbana do município que recebia os moradores provenientes da zona rural e de outros municípios menores da região.

Tabela 1 – População total do município de Dracena (1970 - 2010).

	População Total				
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
Número de habitantes	35.347	35.973	39.693	40.500	43.263

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

Como citado anteriormente, a população total nunca diminuiu, porém devido aos impactos gerados pela crise do café, o município apresentou um crescimento extremamente reduzido em sua população, principalmente no período entre 1970 e 1980, em que a população total aumentou apenas 626 habitantes, que representa crescimento de apenas 1,8%. Cabe destacar que apesar de o ápice da crise ter ocorrido na década de 1980, a cafeicultura já estava em declínio na década de 1970 devido à ocorrência de geadas que foram frequentes naquela década.

Mesmo sendo uma cidade pequena, que atualmente possui pouco mais de 40 mil habitantes, Dracena sempre exerceu função polarizadora na região. Nesse sentido, apesar de o município sofrer com a crise da cafeicultura na década de 1980, essa não foi suficiente para ocasionar a diminuição da população total do município, pelo contrário, esse foi o período em que Dracena mais cresceu do ponto de vista demográfico, o que evidencia o caráter polarizador do município.

Entre os Censos Demográficos de 1980 e 1991, a população total aumentou de 35.973 habitantes para 39.693 habitantes, apresentando um crescimento de 3.720 habitantes, que representa um aumento de 10,3% na população total. Com esses dados, podemos presumir que entre a década de 1980 e o início da década de 1990, o município estudado atraía os habitantes dos municípios vizinhos menores, já que esses também foram afetados pela crise do café. Com isso, a migração para Dracena aparecia como alternativa dos habitantes dos municípios vizinhos que, sem condições econômicas e sociais de permanecer no campo, buscavam melhores condições de vida na cidade.

Entre 1991 e 2000 o município voltou a crescer pouco do ponto de vista demográfico. Nesse período a população total passou de 39.693 habitantes em 1991 para 40.500 habitantes em 2000. O aumento populacional verificado foi de apenas 807 habitantes, representando crescimento de 2%. A partir da década de 2000, se verificou novo aumento na taxa de crescimento populacional. Entre as décadas de 2000 e 2010, a população passou de 40.500 habitantes para 43.263 habitantes, que representa um aumento de 6,8% na população total de Dracena.

Como destacado na Tabela 2, a população urbana do município de Dracena sempre apresentou crescimento, independente das dificuldades ocasionadas pela crise da cafeicultura, porém, pode-se observar que entre os anos de 1980 e 1991 foi o período que se registrou o maior crescimento demográfico. Nesse período, a população urbana passou de 28.833 habitantes para 34.863 habitantes, apresentando um crescimento populacional de 6.030 habitantes, que representa um crescimento de 21%. Nesse contexto, podemos associar o maior crescimento da população urbana do município com a crise do café que ocorreu na década de 1980, já que esta foi um dos principais fatores que ocasionaram a aceleração da evasão demográfica da zona rural do município. Além disso, como citado anteriormente, após a referida crise, moradores de municípios vizinhos menores passaram a migrar para Dracena, já que esta já se destacava como centro regional.

Tabela 2 – População urbana do município de Dracena (1970 - 2010).

	População Urbana				
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
Número de habitantes	25.131	28.833	34.863	37.153	39.946

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

Diferente do que foi verificado na dinâmica da população total e da população urbana do município, a população rural só diminuiu com o passar dos anos, conforme pode ser observado na Tabela 3. Além dos processos mais gerais - influência da urbanização e da industrialização, modernização da agricultura, dentre outros, que contribuíram para que essa transformação acontecesse, a crise da cafeicultura teve papel significativo para essa diminuição da população rural do município estudado.

Tabela 3 – População rural do município de Dracena (1970 - 2010).

	População Rural				
Anos	1970	1980	1991	2000	2010
Número de Habitantes	10.216	7.140	4.830	3.347	3.317

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

Em 1970, a população rural em Dracena era de 10.216 habitantes, o que representava 28,9% da população total do município. Após a crise da cafeicultura da década de 1980, a população rural passou a diminuir consideravelmente. Em 2000, o município possuía 3.347 habitantes na zona rural, o que representava 8,3% da população total. Em trinta anos (entre 1970 e 2000), a população rural do município diminuiu 6.869 habitantes, que representa o decréscimo de 21 pontos percentuais. Em 2010, a zona rural perdeu a menor quantidade de moradores, apenas 30 pessoas. Sua população é de 3.317, representando 7,7% da população total. De 2000 até 2010, a zona rural praticamente manteve sua população, a perda foi mínima, apenas 30 pessoas deixaram o campo, o que pode ser um indício de que o campo poderá, nos próximos anos, estar recuperando, ou ao menos se mantendo como local de moradia no município.

O meio rural não pode mais ser definido apenas como sinônimo de atividade agrícola, hoje em dia ele apresenta uma diversificação mais ampla em suas atividades e funcionalidades. Segundo Graziano da Silva (1999, p. 31): “[...] o mundo

rural brasileiro não pode mais ser tomado apenas como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais”. Nesse sentido, o campo não é mais apenas local de moradia para os seus trabalhadores, essa função é extrapolada e ele passa a ser reconhecido como local de lazer ou até mesmo de moradia (Carneiro, 1998).

4.2 – A estrutura fundiária

A estrutura fundiária do município de Dracena passou por algumas transformações nas últimas décadas. Essas mudanças ainda são reflexos da crise da cafeicultura ocorrida na década de 1980. Atualmente, a atividade sucroalcooleira se tornou um processo modelador da estrutura fundiária, já que essa vem ganhando os espaços que antes eram destinados ao café e, mais recentemente, às pastagens. Nesse contexto, tanto os reflexos da crise da cafeicultura como a expansão da atividade sucroalcooleira se apresentam como processos modeladores da estrutura fundiária do município nos últimos anos.

Conforme pode ser observado na Figura 2, a estrutura fundiária do município estudado apresenta grande número de pequenas unidades produtivas agropecuárias. Nessa figura podemos verificar o número de unidades produtivas no ano agrícola de 2007/08. De acordo com os dados do LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo), as unidades produtivas com extensão entre 2 e 5 hectares são as que existem em maior número no município, em um total de 226 unidades. Em seguida, com 214 unidades, aparecem aquelas com dimensão entre 5 e 10 hectares. Em terceiro lugar, aparecem as unidades com área entre 10 e 20 hectares, essas somam 200. Não menos significativas, aparecem as unidades produtivas com áreas inferiores a 1 hectare e as que possuem entre 1 e 2 hectares, que juntas somam 89.

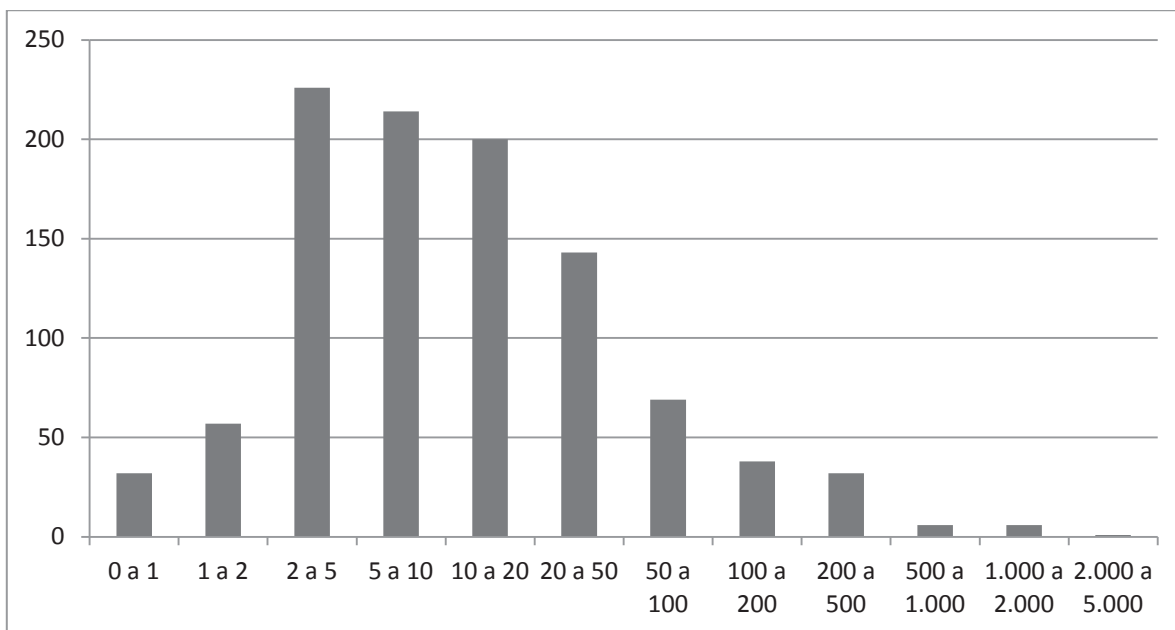


Figura 2 – Número de unidades produtivas no município de Dracena (2007/08).

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (2007/08).

Org.: Leandro R. M. Lelis.

De um total de 1.024 unidades produtivas, as unidades que possuem menos de 20 hectares apresentam 729 unidades, o que representa 71,2% do total de unidades produtivas. A partir desses dados, podemos notar a importância das pequenas unidades produtivas para o município de Dracena.

No que diz respeito à área ocupada pelas unidades produtivas, podemos verificar o inverso, como destacado na Figura 3. A área ocupada pelas unidades que possuem menos de 20 hectares é bem menor que a área ocupada pelas unidades acima de 20 hectares. Enquanto que as unidades que possuem até 20 hectares ocupam uma área de 5.446,4 hectares (12%), as unidades com área acima de 20 hectares ocupam 39.801,1 hectares (88%).

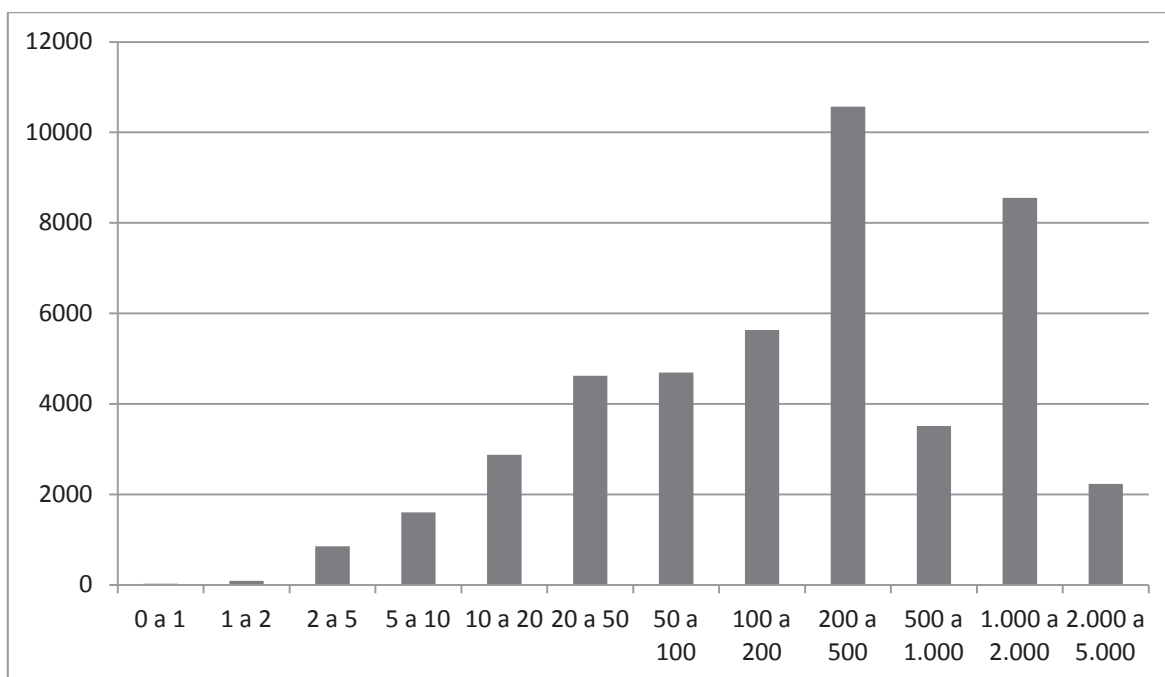


Figura 3 – Área ocupada em hectares pelas unidades produtivas do município de Dracena (2007/08).

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (2007/08).

Org.: Leandro R. M. Lelis.

De acordo com os dados do LUPA de 1995/96, a área ocupada pelas unidades produtivas com até 20 hectares era de 5.368,3 hectares. Como informado anteriormente, no levantamento realizado no ano agrícola de 2007/08, a área ocupada por essas unidades produtivas era de 5.446,4 hectares, que representa aumento de apenas 78,1 hectares. Apesar de existir um grande número de pequenas unidades produtivas no município e da tendência do aumento desse número, a concentração fundiária predomina em Dracena. Como destacado anteriormente, as pequenas unidades estão se fragmentando, muito em função do mau momento econômico vivido por boa parte dos pequenos proprietários e também pela repartição da unidade produtiva entre os filhos, nos casos em que os pequenos proprietários apresentam idade avançada. Nesse contexto, o número de pequenas unidades produtivas aumenta, mas a área ocupada por elas permanece praticamente a mesma.

4.3 – A estrutura produtiva

Neste subitem iremos analisar a estrutura produtiva do município de Dracena entre os anos agrícolas de 1995/96 e 2007/08, conforme destacado na Figura 4.

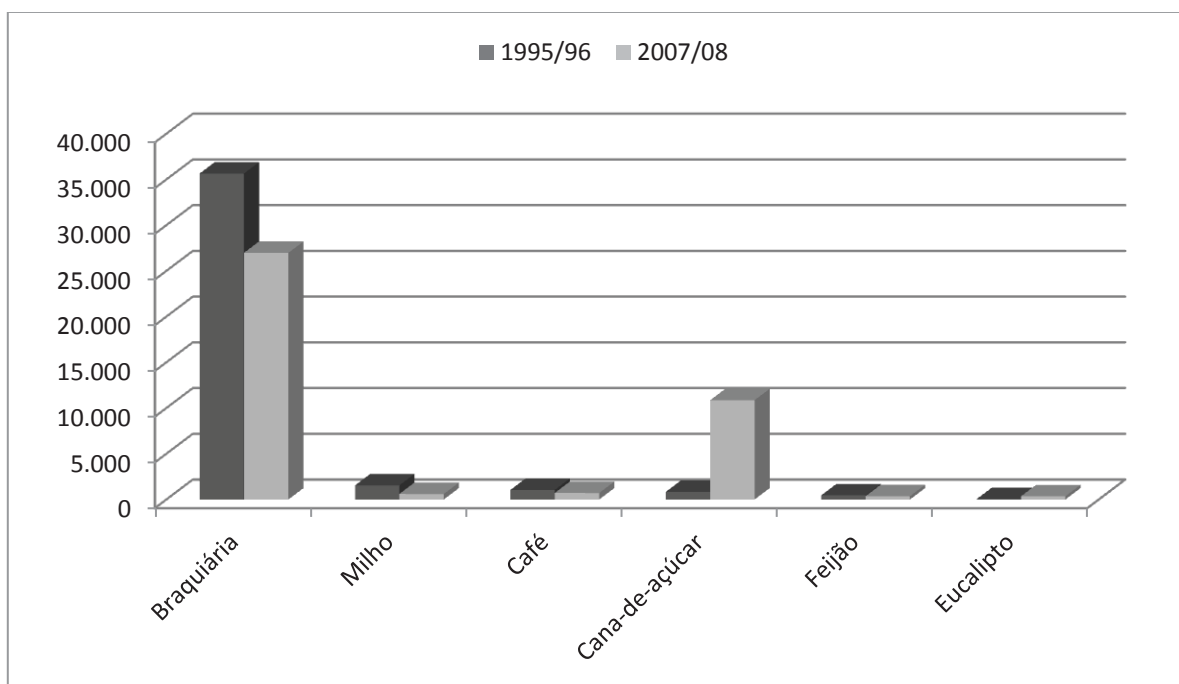


Figura 4 – Área ocupada em hectares pelas principais culturas no município de Dracena (1995/96 e 2007/08).

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (1995/96 e 2007/08). Org.: Leandro R. M. Lelis.

No levantamento realizado no ano agrícola de 1995/96 pelo LUPA, as áreas com pastagens possuíam 37.377,8 hectares, já no levantamento de 2007/08 a área ocupada pelas pastagens diminuiu para 27.453,3 hectares. Enquanto que no levantamento referente a 1995/96 as pastagens representavam 81,7% da área total; em 2007/08, as pastagens reduziram a área ocupada, embora ainda ocupem 60,7% da área total. Essa situação é explicada pela expansão da cana-de-açúcar no município e na região. Como citado anteriormente, a cultura da cana vem ocupando os espaços que antes eram destinados à cultura cafeeira e, mais recentemente às pastagens.

De acordo com o levantamento realizado pelo LUPA de 1995/96, a cana-de-açúcar era apenas a quinta cultura em área cultivada no município e ocupava 837,3 hectares. Já em 2007/08, a cultura canavieira passou a ser a segunda cultura mais cultivada, ficando atrás apenas da braquiária. Nesse período, a cana-de-açúcar ocupava 10.861,5 hectares no município, o que proporcionou um aumento de 1.296% em relação ao período anterior (1995/96).

Em relação às outras culturas, podemos observar que o milho, o café e o feijão também tiveram suas áreas diminuídas. Entre os levantamentos de 1995/96 e 2007/08, o milho diminuiu de 1.542 hectares para 606 hectares, o café de 1.048 hectares para 713 hectares, e o feijão de 452 hectares para 363 hectares. Apesar de ocupar uma área bem menor que a área com cana-de-açúcar, o eucalipto também apresentou crescimento. Em 1995/96 a área ocupada por essa cultura era de 41 hectares, enquanto que em 2007/08 sua área aumentou para 346,9 hectares.

4.4 - A produção de café na região e no município de Dracena entre 1970 e 2010

Como pode ser verificado na Tabela 4, a produção de café na região de Dracena passou por altos e baixos a partir da década de 1970. A partir da referida década, a incidência de geadas passou a assolar os cafezais da região. Se a década de 1970 foi marcada pelos fenômenos climáticos, a década de 1980 ficou marcada pela crise do café, porém esta se apresentava como um fenômeno bem mais amplo. Nesse sentido, além de fragilizados devido à sucessão de geadas na região, os produtores rurais de Dracena encontraram ainda mais dificuldades durante a década de 1980.

Tabela 4 – Produção de café da região de Dracena (1970 – 2012).

Anos	Área (ha)	Produção (sacas de 60 kg)	Anos	Área (ha)	Produção (sacas de 60 kg)
1970/71	53.843	1.106.200	1987	49.890	497.200
1972	56.380	573.980	1988	46.098	154.365
1973	54.705	658.710	1989	35.577	19.907
1974	54.970	773.670	1990	29.343	215.389
1975	55.960	1.040.983	2000/01	9.186	86.996
1976	59.780	1.200	2001/02	9.223	81.913
1977	57.090	310.410	2002/03	8.689	84.917
1978	48.890	52.800	2003/04	8.155	87.922
1979	60.650	615.550	2004/05	7.977	85.309
1980	63.080	521.190	2005/06	7.014	92.550
1981	61.670	615.140	2006/07	6.865	72.507
1982	59.690	220.787	2007/08	5.754	71.312
1983	57.986	319.302	2008/09	5.053	77.115
1984	58.140	343.320	2009/10	5.173	75.131
1985	55.190	430.400	2010/11	5.045	69.025
1986	497.200	52.800	2011/12	4.957	63.189

* Os dados não estão disponíveis entre os anos de 1991 e 1999.

Fonte: EDR de Dracena (1970 – 2012).

Org.: Leandro R. M. Lelis.

A produção do café na região de Dracena começou a década de 1970 em alta. Na safra de 1970/71, a área ocupada pela cafeicultura era de 53.843 hectares, e a produção foi de mais de um milhão de sacas. Já na safra seguinte, em 1972, a produção caiu para menos da metade. A década de 1970 foi marcada pelas geadas que assolaram os cafezais e a queda na produção no ano de 1972 foi reflexo desse fenômeno climático. A partir de 1973, verificou-se um aumento da produção na região que teve seu ápice no ano de 1975. Nesse ano, a produção chegou a mais de um milhão de sacas novamente, quase alcançando a quantidade produzida em 1970.

Depois de experimentar novo avanço na produção a partir de 1973, a área ocupada pelo café aumentou na região, passando de 55.960 hectares em 1975 para

59.780 hectares em 1976. O café retomava sua força e os produtores estavam animados devido à produção de 1975, porém nesse mesmo ano ocorreu uma forte geada na região, que destruiu os cafezais. Na safra de 1976, a produção despencou para apenas 1.200 sacas, que representou apenas 0,1% do que havia sido produzido na safra de 1975.

Após a safra de 1975, a cultura cafeeira não conseguiu mais ultrapassar a barreira de um milhão de sacas. Apesar do aumento verificado a partir da safra de 1977, a cultura cafeeira não apresentava mais segurança para os produtores, principalmente devido à ocorrência dos fenômenos climáticos. Além de inseguros, os produtores também se encontravam descapitalizados, já que durante as geadas e a consequente diminuição da produção, os produtores não tinham o retorno do que havia sido investido. Apesar das dificuldades, a década de 1970 se encerra com aumento da área ocupada pelos cafezais. Em 1979, os cafezais ocupavam 60.650 hectares, atingindo a maior área ocupada pela cultura na região até então.

A década de 1980 se inicia com aumento na área plantada, passando de 60.650 hectares em 1979 para 63.080 hectares em 1980. Apesar desse aumento, a produção diminuiu. Enquanto que em 1979 foram colhidas 615.550 sacas, em 1980 foram colhidas 521.190 sacas de café. Em 1981 a produção voltou a aumentar, nessa safra a área plantada diminuiu para 61.670, porém a quantidade produzida aumentou para 615.140 sacas, consagrando-se como a melhor safra da década de 1980. Depois de 1981, a produção de café passou a viver períodos de instabilidade, com destaque para as safras de 1986 e 1989. Nessas duas safras, a produção esteve abaixo de 60.000 sacas de café. A década de 1980 ficou marcada por um começo promissor, após os períodos de incertezas gerados pelas geadas ocorridas na década de 1970, e por um final preocupante, já que a produção de 1989 foi de apenas 19.917 sacas. Nessa década a área plantada também diminuiu consideravelmente, passando de 63.080 hectares em 1980 para 35.577 hectares em 1989. É nesse período que as pastagens começam a ganhar os espaços que antes eram destinados à cafeicultura.

A década de 1990 se iniciou com aumento, foram colhidas 215.389 sacas. Apesar de os dados não estarem disponíveis, o diretor do EDR (Escritório de Desenvolvimento Regional) de Dracena, o Senhor L.A.P., nos informou que a partir dessa década a produção de café entrou em declínio na região e não conseguiu mais se recuperar.

A produção na década de 2000 nunca atingiu mais de 100.000 sacas. A maior produção ocorreu na safra 2005/2006, em que foram colhidas 92.550 sacas de café. Nessa década, a área ocupada pelos cafezais sempre esteve abaixo dos 10.000 hectares, além de estar diminuindo ano a ano. Enquanto na safra de 2000/01 a área ocupada pela cafeicultura era de 9.186 hectares, na safra de 2011/12 os cafezais só respondem por 4.957 hectares. Essa situação evidencia a diminuição da importância da cafeicultura na região, bem como no município estudado.

Os cafeicultores já se encontravam fragilizados devido aos fenômenos climáticos da década de 1970, porém continuavam acreditando na cafeicultura. A década de 1980 se iniciou, até certo ponto, promissora, porém os impactos gerados pela crise ocorrida nessa década tornaram-se irreversíveis. A partir desse período, a cafeicultura só viu seu espaço diminuir na região, tanto a área plantada como a produção diminuíram drasticamente. Nesse contexto, a cafeicultura não lembra nem de longe os tempos em que era o carro-chefe da economia regional.

Após analisarmos a produção de café na região, verificaremos a produção de café no município de Dracena entre os anos de 1970 e 2010 (Tabela 5). Assim como verificado na região, a cafeicultura passou por altos e baixos nesse período, seja devido aos fenômenos climáticos, seja em função da crise do café na década de 1980.

Tabela 5 – Produção de café no município de Dracena (1970 – 2010).

Anos	Produção (sacas de 60 kg)	Anos	Produção (sacas de 60 kg)
1970/71	96.000	1991	21.650
1971/72	38.400	1992	16.660
1972/73	77.250	1993	8.700
1973/74	61.200	1994	24.000
1974/75	81.000	1995	15.500
1975/76	0	1996	8.000
1976/77	17.600	1997	12.800
1977/78	42.000	1998	14.000
1978/79	71.000	1999	13.330
1979/80	75.000	2000	20.000
1980/81	75.000	2001	15.900
1981/82	13.500	2002	9.250
1982/83	13.500	2003	6.160
1983/84	16.000	2004	12.500
1984/85	24.000	2005	7.400
1985/86	900	2006	8.500
1986/87	36.000	2007	5.050
1987/88	6.000	2008	10.000
1988/89	0	2009	25.000
1989/90	13.000	2010	20.000

Fonte: EDR de Dracena (1970 – 1990) e Produção Agrícola Municipal (1991 – 2010).
Org.: Leandro R. M. Lelis.

O ano agrícola de 1970/71 foi o mais produtivo no período analisado, apresentando produção de 96.000 sacas, seguido pelos anos agrícolas de 1974/75 (81.000 sacas), 1979/80 (75.000 sacas) e 1980/81 (75.000 sacas). Essa situação evidencia que a década de 1970 e o início da década de 1980, foram os períodos mais produtivos. Outro destaque da produção de Dracena durante a década de 1970 foi o ano agrícola de 1975/76. Como informado anteriormente, em 1975 houve forte geada na região. Com isso, a produção foi extremamente prejudicada e não houve produção de café registrada no município.

A década de 1980 que se iniciou promissora, viu a produção de café diminuir significativamente a partir do ano agrícola 1982/83. Depois desse ano agrícola, a produção de café diminuiu significativamente no município. No ano agrícola de 1985/86, a produção registrada foi baixíssima, já que apenas 900 sacas foram produzidas. Situação ainda pior foi a ocorrida no ano agrícola de 1988/89, em que não se verificou produção de café no município.

Diferentemente do que foi verificado no início da década de 1980, a década de 1990 se iniciou com baixa produção. Apenas 13.000 sacas foram produzidas no ano agrícola de 1989/90. Nesse sentido, a década de 1990 seguiu a tendência de redução da produção de café. Durante essa década, a maior produção foi verificada em 1994, com 24.000 sacas.

A década de 2000 foi ainda menos produtiva que a década de 1990. Entre os anos de 2000 e 2010, cinco anos apresentaram produção inferior a 10.000 sacas. A maior produção dessa década foi verificada no ano de 2009, com 25.000 sacas, porém já no ano seguinte, a produção apresentou nova redução, o que evidencia a inconstância da produção de café no município.

Durante o período analisado, observamos que a produção de café diminuiu significativamente no município de Dracena. Apesar de a década de 1970 ter apresentado alguns anos com baixa produtividade devido às geadas, essa década ainda é a responsável pela maior produção de café no período analisado. A partir da década de 1980, devido à crise do café, a produção entrou em declínio na região e no município e não mais conseguiu se recuperar, permanecendo na mesma situação até os dias atuais (2012). De acordo com os dados do LUPA de 2007/08, ainda existem 209 unidades produtivas que possuem plantações de café no município, porém atualmente são poucos os produtores rurais que se dedicam exclusivamente a essa cultura.

A partir do que foi exposto, conclui-se que a cafeicultura perdeu seu espaço no município, passando de motor da economia local para uma atividade apenas coadjuvante no âmbito regional e municipal.

4.5 – As principais lavouras permanentes

As principais lavouras permanentes do município estudado apresentam variação considerável entre os anos de 1990 e 2010. Apesar do intervalo de apenas 20 anos, as transformações ocorridas nesse período foram significativas no que diz respeito à produção das principais lavouras do município, conforme destacado na Tabela 6.

Tabela 6 – Produção das principais lavouras permanentes do município de Dracena (1990 - 2010).

Tipo de lavoura	1990	1995	2000	2005	2010
	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)
Café (grãos)	1.300	320	1.200	444	1.202
Laranja	3.750	5.625	423	-	-
Manga	60	240	4.473	2.592	1.116
Maracujá	-	4.200	642	405	210
Uva	14	196	598	180	270

(-) não consta.

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

Em 1990, a laranja era a responsável pela maior produção entre as lavouras permanentes do município, com 3.750 toneladas, seguida pelo café com 1.300 toneladas. A produção de manga aparecia em terceiro com 60 toneladas e, por último, a produção de uva com 14 toneladas.

Cinco anos mais tarde, em 1995, podemos observar que a laranja continuava sendo a lavoura permanente líder da produção municipal, com 5.625 toneladas. Em seguida aparecia outro tipo de fruto, o maracujá, com 4.200 toneladas. O café com 320 toneladas, a manga com 240 toneladas e a uva com 196 toneladas apareciam na sequência. Nesse ano, verificou-se o aumento da importância da fruticultura para o município estudado, já que esta passou a ser a grande responsável pela produção das lavouras permanentes.

No ano de 2000, a manga assumiu a liderança na produção das lavouras permanentes, com 4.473 toneladas. Nesse ano, o café teve aumento em sua produção e voltou a ser a segunda colocação, com 1.200 toneladas. Em seguida aparecia o maracujá com 642 toneladas, a uva com 598 toneladas e, por último a laranja com 423. Como observado, a produção de laranja diminuiu consideravelmente entre os anos de 1995 e 2000, apresentando redução de mais de 5.000 toneladas.

Em 2005, a manga permaneceu como a lavoura permanente com a maior produção no município, com 2.592 toneladas, seguida pelo café com 444 toneladas.

Na sequência apareciam o maracujá e a uva, com 405 e 180 toneladas, respectivamente. Se comparado com o ano de 2000, o ano de 2005 apresentou redução da produção de todas as principais lavouras permanentes do município.

No ano de 2010, pela primeira vez, o café aparece como a lavoura permanente com a maior produção do município, com 1.202 toneladas. Na sequência, a manga, com 1.116 toneladas e a uva, com 270 toneladas. Por último, o maracujá, com 210 toneladas. O ano de 2010 seguiu a tendência de redução da produção das lavouras permanentes e evidenciou o enfraquecimento da fruticultura no município de Dracena.

Como podemos observar, entre os anos de 1990 e 2010 ocorreram alterações na produção das principais lavouras permanentes de Dracena. Nesse período, podemos notar o aumento e a diminuição da produção oriunda da fruticultura, bem como a oscilação da produção de café. Verifica-se também, que a partir de 2005 existe certa tendência para a diminuição da produção das lavouras permanentes.

4.6 – As principais lavouras temporárias

No que diz respeito à produção das principais lavouras temporárias de Dracena também verificamos alterações significativas entre os anos de 1990 e 2010 (Tabela 7). O destaque fica por conta da cana-de-açúcar, que vem aumentando sua produção a cada ano. Assim como observado nas lavouras permanentes, verificamos que as lavouras temporárias – exceto a cana-de-açúcar – também têm sofrido a diminuição de suas produções.

Tabela 7 – Produção das principais lavouras temporárias do município de Dracena (1990 - 2010).

	1990	1995	2000	2005	2010
Tipo de lavoura	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)	Quantidade (tonelada)
Algodão	3.135	2.500	472	380	-
Amendoim	225	-	1.205	726	60
Cana-de-açúcar	12.731	14.300	-	125.155	988.191
Feijão	576	328	655	1.710	240
Mandioca	440	9.000	240	2.747	1.440
Milho	2.160	6.000	4.320	4.320	2.568

(-) não consta

Fonte: FIBGE – Produção Agrícola Municipal (1990, 1995, 2000, 2005 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

Em 1990, a cana-de-açúcar já ocupava o posto de maior produtora entre as lavouras temporárias com 12.731 toneladas, seguida pelo algodão e pelo milho, com 3.135 toneladas e 2.160 toneladas, respectivamente. Menos expressivos e abaixo das 1.000 toneladas figuravam o feijão (576 toneladas), a mandioca (440 toneladas) e, por último, o amendoim (220 toneladas).

No ano de 1995, a produção da cana-de-açúcar aumentou para 14.300 toneladas e a mandioca passou a ser a segunda colocada em produção, aumentando seu volume produzido para 9.000 toneladas. Na sequência apareciam o milho (6.000 toneladas), o algodão (2.500 toneladas) e o feijão (328 toneladas).

A produção da cana-de-açúcar não foi divulgada no ano 2000, por isso, nesse ano, a liderança na produção foi ocupada pelo milho, com 4.320 toneladas. Na sequência apareceu o amendoim (1.205 toneladas), o feijão (655 toneladas), o algodão (472 toneladas) e, por último, a mandioca, que teve sua produção reduzida de 9.000 toneladas em 1995 para 240 toneladas em 2000.

O ano de 2005 apresentou o retorno da cana-de-açúcar na liderança da produção entre as lavouras temporárias. Nesse ano, essa lavoura teve sua produção aumentada para 125.155 toneladas. Na sequência, figuraram o milho (4.320 toneladas), a mandioca (2.747 toneladas) e o feijão (1.710 toneladas). Abaixo das 1.000 toneladas apareceram apenas o amendoim e o algodão, com 726 toneladas e 380 toneladas, respectivamente.

Em 2010, podemos notar a diminuição da produção das lavouras temporárias no município, com exceção da cana-de-açúcar. Essa lavoura permanecia na liderança com 988.191 toneladas. Na sequência, apareceram milho (2.568 toneladas), a mandioca (1.440 toneladas), o feijão (240 toneladas) e, por último, o amendoim (60 toneladas).

Assim como verificado na produção das lavouras permanentes, as mudanças na produção das lavouras temporárias também foram significativas entre os anos de 1990 e 2010. Outra característica semelhante é a tendência para a diminuição das lavouras temporárias, exceto a cana-de-açúcar, que viu sua produção aumentar 7.662% entre 1990 e 2010. Essa situação evidencia que a referida monocultura vem ocupando os espaços que antes eram destinados aos outros tipos de lavouras temporárias e permanentes do município. Ainda na década de 1990, Souza e Landim (1991), já observavam esse fenômeno na região de Ribeirão Preto. De acordo com os autores:

O processo de substituição de cultura e pastagens vem se agravando pela implantação do PROÁLCOOL. À medida que o programa vai se realizando, alimentos básicos como arroz, feijão e milho vão sendo substituídos pela cana o que acontece também com as pastagens, reduzindo a produção bovina, como um dos principais alimentos de origem animal (SOUZA; LANDIM, 1991, p. 146).

Assim como verificado na região de Ribeirão Preto, o efetivo bovino também vem apresentando redução no município de Dracena, devido à expansão da cana-de-açúcar. Situação que abordaremos no próximo subitem.

4.7 – O efetivo animal

Como relatado anteriormente, quando analisamos a estrutura fundiária do município estudado, existe grande quantidade de áreas destinadas às pastagens no município, com isso, faz-se necessário abordar a dinâmica do efetivo bovino no período entre 1970 e 2010 (Tabela 8). Nesse intervalo de 40 anos, observamos que entre os anos de 1970 e 1995/96, o número de cabeças apresentou aumento de

73,2%, passando de 32.038 cabeças em 1970 para 55.487 cabeças em 1995/96. A partir de 2000, o número de cabeças começa a reduzir e em 2010 verificou-se a presença de 40.121 cabeças, o que evidencia a redução de 27,7% no efetivo bovino do município entre os anos de 1995/96 e 2010.

Tabela 8 – Efetivo bovino no município de Dracena (1970 – 2010).

Anos	Bovinos (cabeças)
1970	32.038
1975	38.952
1980	37.256
1985	36.550
1995/96	55.487
2005	51.256
2010	40.121

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários (1970,1975, 1980, 1985 e 1995/96) e Produção Pecuária Municipal (2005 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

A Figura 5 apresenta as finalidades do rebanho bovino do município de Dracena entre os anos de 1995/96 e 2007/08. Durante esse período, observamos que o número de bovinos destinados somente ao corte aumentou consideravelmente, passando de 25.259 cabeças em 1995/96 para 34.024 cabeças no levantamento de 2007/08, o que evidencia expansão de 34,75. O rebanho bovino destinado exclusivamente para a produção de leite também aumentou. Enquanto que em 1995/96 existiam 175 cabeças, em 2007/08 o número de cabeças aumentou para 665, apontando crescimento de 280%. Diferentemente das finalidades anteriores, o rebanho bovino misto (corte e leite) apresentou decréscimo significativo de 70,2%, passando de 29.317 cabeças em 1995/96 para 8.737 cabeças no levantamento de 2007/08.

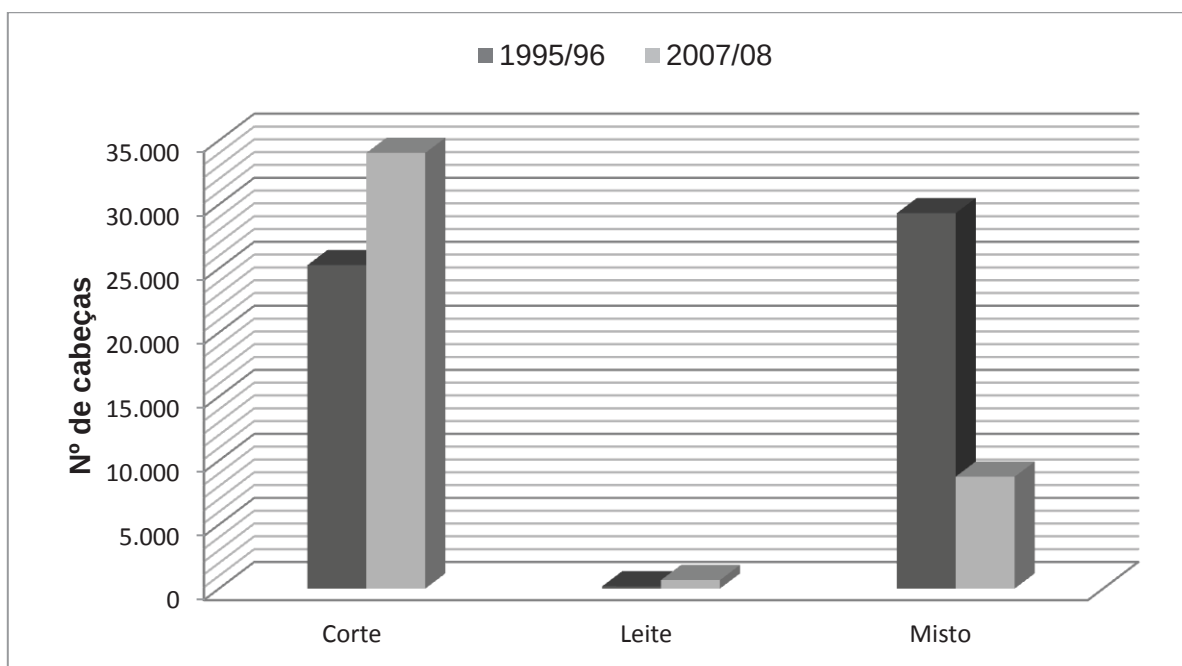


Figura 5 – Finalidade do rebanho bovino do município de Dracena (1995/96 e 2007/08).

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (1995/96 e 2007/08). Org.: Leandro R. M. Lelis.

A redução do efetivo bovino está intimamente ligada ao avanço da cultura canavieira, tendo em vista que a referida lavoura vem ocupando os espaços que antes eram destinados às pastagens. Nesse sentido, tanto o efetivo bovino quanto as áreas destinadas às pastagens vem reduzindo no município.

4.8 – A produção de origem animal

Conforme apresentado na Tabela 9, a produção de origem animal sofreu alterações significativas entre 1970 e 2010. Podemos notar que a partir da década de 1980, a produção de origem animal começou a aumentar, em função do mau momento vivido pela cafeicultura. Nesse sentido, a produção de leite, ovos e casulos do bicho-da-seda serviram como alternativas econômicas para tentar amenizar os efeitos da crise do café da década de 1980. Atualmente, apenas o leite e os ovos continuam mantendo produção significativa no município.

Tabela 9 – Produção de origem animal no município de Dracena (1970 - 2009).

Anos	Leite (em mil litros)	Ovos (em mil dúzias)	Casulos do bicho-da-seda (kg)
1970	1.402	317	12.100
1975	1.706	463	27.000
1980	7.800	1.520	58.000
1985	3.755	2.673	22.269
1995/96	6.520	1.415	57.573
2005	3.900	1.230	4.847
2010	3.110	600	-

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96) e Produção Pecuária Municipal (2005 e 2010). Org.: Leandro R. M. Lelis.

No ano de 1970, a produção de origem animal ainda se apresentava incipiente no município. Dez anos mais tarde, em 1980, verifica-se aumento significativo da produção dos três principais produtos de origem animal do município. O leite foi o produto que apresentou o maior crescimento percentual (456,3%), na sequência, praticamente empatados, os ovos (379,5%) e os casulos do bicho-da-seda (379,3%).

Entre os anos de 1980 e 1995/96, a produção dos três principais produtos de origem animal tiveram alterações. Se comparado ao ano de 1980, o ano de 1985 apresentou redução significativa na produção de leite e de casulos do bicho-da-seda, enquanto que a produção de ovos aumentou. Já no ano de 1995/96, a produção de origem animal voltou a aumentar, quase igualando ao que foi produzido em 1980. Nesse ano foi verificado o processo inverso, enquanto que a produção de leite e de casulos do bicho-da-seda aumentou, a produção de ovos diminuiu.

Durante o período entre os anos de 1995/96 e 2010, novamente se verifica alterações na produção dos produtos de origem animal. O ano de 1995 apresenta-se como o ano em que se verificou a maior produção nesse período.

A partir do ano 2005, podemos notar a diminuição da produção de origem animal no município estudado. Quando comparamos a produção do ano de 2010 com a do ano 1995/96, observamos que todas as produções diminuíram. A produção de leite diminuiu 53,3%, enquanto que a de ovos apresentou decréscimo de 58,6%. No caso do bicho-da-seda, a produção foi erradicada no município.

Como podemos verificar, a produção de origem animal aumentou a partir da década de 1980, devido ao mau momento da cafeicultura no município. Depois de pouco mais 20 anos de altos e baixos vividos por esse tipo de produção, observamos que a partir do ano 2005, a produção de origem animal entrou em declínio, o que evidencia o enfraquecimento desse tipo de produção no município de Dracena.

4.9 – O grau de instrução dos proprietários rurais do município de Dracena

A Tabela 10 traz os dados referentes ao grau de instrução dos proprietários rurais do município de Dracena por Unidades de Produção Agropecuária. Tais dados foram obtidos a partir do levantamento realizado no ano agrícola de 2007/08 pelo LUPA.

Tabela 10 – Grau de instrução dos proprietários rurais do município de Dracena (2007/08).

Grau de Instrução	Percentual
Proprietário sem grau de instrução	21,1
Proprietário com antigo primário completo	30,0
Proprietário com 1º grau (antigo ginásial) completo	10,2
Proprietário com 2º grau (antigo colegial) completo	14,9
Proprietário com curso superior completo	22,5

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (2007/08).
Org.: Leandro R. M. Lelis.

A partir do exposto, nota-se que o maior percentual é a dos proprietários com antigo primário completo com 30% do total, seguido, de maneira surpreendente, pelos proprietários com curso superior completo com 22,5%. Os proprietários sem grau de instrução representam 22,1% do total, enquanto que os proprietários com o 2º grau completo respondem por 14,9%. Por último, com 10,5%, aparecem os proprietários rurais com o 1º grau completo.

O destaque desse quadro fica por conta dos proprietários rurais que possuem curso de ensino superior. De acordo com os dados do LUPA de 2007/08, estes já representam 22,5% e tendem a aumentar ainda mais, já que nos últimos anos vêm se verificando o aumento da procura pelo ensino superior. No que diz respeito aos proprietários rurais do município de Dracena, esse aumento fica claro quando comparamos os dados do LUPA de 2007/08 com os dados referentes ao levantamento de 1995/96. Enquanto que no ano agrícola de 1995/96 os proprietários rurais com curso superior completo representavam apenas 16,4% do total, no levantamento realizado em 2007/08 esse percentual aumentou para 22,5%.

Esse aumento percentual pode ser explicado por dois processos. O primeiro diz respeito ao esforço que os pais fizeram para propiciarem uma maior escolarização dos filhos em virtude das condições difíceis enfrentadas na agricultura, com a expectativa de que eles consigam se inserir melhor no mercado de trabalho. Nesse caso, os filhos estudaram e, posteriormente, após o falecimento dos pais, herdaram a propriedade rural. O segundo processo é caracterizado pelos proprietários rurais que têm outras ocupações urbanas (médicos, professores, dentistas etc.) e adquirem uma propriedade rural.

4.10 – A utilização de assistência técnica

A Tabela 11 apresenta o percentual dos proprietários rurais de Dracena que utilizam assistência técnica governamental, privada e governamental e privada. Também estão representados os proprietários rurais que não utilizam nenhum tipo de assistência técnica no município de Dracena.

Tabela 11 – Utilização de assistência técnica no município de Dracena (2007/08).

Tipo de assistência técnica	Percentual
Não utiliza nenhum tipo	77,6
Governamental	12,5
Privada	5,6
Governamental e Privada	6,3

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, LUPA (2007/08).

Org.: Leandro R. M. Lelis.

Como destacado na Tabela 11, podemos observar o grande percentual de proprietários rurais que não utilizam nenhum tipo de assistência técnica. Esses representam 77,6% do total, enquanto que os proprietários rurais que utilizam a assistência técnica governamental representam apenas 12,5% do total. Os proprietários rurais que utilizam assistência técnica governamental e privada respondem por 6,3% e, por último, aparecem os proprietários rurais que utilizam de assistência técnica privada, com 5,6% do total.

No que diz respeito à utilização de assistência técnica, verifica-se que esta não é muito utilizada no município. Cerca de $\frac{3}{4}$ dos pequenos proprietários rurais não utilizam nenhum tipo de assistência. Esse dado é ainda mais preocupante se comparado com os dados do levantamento do LUPA de 1995/96. Nesse ano agrícola, o percentual de produtores rurais que não utilizavam nenhum tipo de assistência técnica era de 47%. Esse aumento percentual verificado entre os levantamentos de 1995/96 e 2007/08 torna-se preocupante, já que revela a diminuição dos cuidados de parte dos proprietários rurais com suas unidades produtivas. Nesse contexto, a produtividade das propriedades rurais pode estar sendo prejudicada, “[...] uma vez que o conhecimento técnico se faz muito importante no meio rural, seja por conta do controle de pragas, doenças, seja por conta de novas técnicas de plantio ou criação” (BISPO, 2007, p. 37).

5 - A CRISE DA CAFEICULTURA E A SITUAÇÃO ATUAL DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS: A AVALIAÇÃO DAS LIDERANÇAS DO SETOR AGROPECUÁRIO MUNICIPAL E DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

Neste capítulo, realizaremos a análise das informações obtidas durante o trabalho de campo, articulando-as com os referenciais teóricos. Primeiro realizamos entrevistas com os principais responsáveis pelo setor agropecuário no município. Tais entrevistas foram realizadas com representantes da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município, EDR de Dracena, Associação dos Produtores Rurais de Dracena e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena, para, a partir do ponto de vista destes atores locais, conhecer a situação socioeconômica do município e dos pequenos proprietários rurais durante e após a crise do café da década de 1980, bem como a situação atual desses pequenos proprietários, principalmente no que diz respeito às ações realizadas pelos órgãos e entidades que os entrevistados representam.

Na sequência, a partir da aplicação de um questionário, procuramos caracterizar o perfil socioeconômico dos pequenos proprietários pesquisados e de seus familiares, no que diz respeito à faixa etária, sexo, número de pessoas na propriedade, meios de obtenção de renda, participação dos pequenos proprietários nas políticas públicas e a intenção de permanecer ou não na zona rural. Com relação à propriedade, procuramos identificar a distância em relação ao centro da cidade, a situação financeira da propriedade durante e após a crise do café da década de 1980, o tamanho atual e as atividades agropecuárias desenvolvidas.

5.1 – A avaliação das principais lideranças do município de Dracena sobre o setor agropecuário municipal

Depois de algumas décadas de prosperidade proporcionada pela cultura cafeeira, os produtores rurais do município de Dracena começaram a passar por dificuldades, principalmente financeiras. Devido a essas dificuldades enfrentadas pelos produtores durante e após o período de crise do café da década de 1980, a

solução encontrada por eles foi a diminuição da área total da propriedade, além da diversificação produtiva.

Segundo verificado, em entrevista, com o secretário municipal da Agricultura e Meio Ambiente, o senhor E. B., grande parte dos pequenos proprietários do município de Dracena no período atual possuíam uma propriedade maior no início da década de 1980 e nas décadas anteriores, quando o café ainda era o carro-chefe da economia local.

A dificuldade financeira enfrentada pelos mesmos forçou-os a vender parte da propriedade rural para quitar as dívidas. O entrevistado, que além de secretário municipal, é produtor rural há cerca de 50 anos no município e passou por todas essas fases proporcionadas pelo café, salientou a importância das políticas públicas que ajudam o produtor rural a se manter no campo, já que, segundo ele, sem essas políticas a reprodução social e econômica do pequeno produtor e de sua família na zona rural seria extremamente difícil. Nesse sentido, Veloso (2011, p. 38) afirma que: “[...] o acesso a políticas públicas constitui-se num fator fundamental para assegurar a reprodução social e econômica desses pequenos proprietários rurais”.

Ainda de acordo com o senhor E. B., até o final da década de 1970 viviam em uma propriedade rural até cinco famílias exercendo atividades agropecuárias dentro da própria propriedade, porém na atualidade, a manutenção de apenas uma família exercendo apenas atividades agropecuárias dentro de uma propriedade é extremamente difícil. Essa característica mostra a mudança socioeconômica ocorrida no meio rural ao longo dos anos.

Outra consequência desse período foi a degradação ambiental das propriedades. Segundo o senhor L. A. P., diretor do EDR de Dracena, a busca por alternativas que viessem a suprir o espaço econômico deixado pelo café foi muito prejudicial ao meio ambiente, pois os produtores não conheciam as alternativas – como, por exemplo, o maracujá - que estavam adotando. Segundo o entrevistado, faltava conhecimento para os produtores trabalharem com as novas culturas, pois estes conheciam apenas a cultura cafeeira e as que eram cultivadas por meio do consorciamento (milho, feijão, dentre outras). Essa situação contribuiu para a exaustão do solo, tendo em vista que o manejo do mesmo não era realizado da maneira correta. Para Gil:

O manejo inadequado dos recursos naturais, principalmente do solo, efetuado em áreas cuja caracterização ecológica demonstrava incompatibilidade com as práticas econômicas convencionais, acelerou a degradação ambiental, comprometendo a sustentabilidade futura (GIL, 2008, p. 12).

De acordo com L. A. P., esse período foi de adaptação e aprendizagem por parte dos produtores, sendo que o meio ambiente acabou sofrendo as consequências. O entrevistado, que é engenheiro agrônomo, morou na zona rural durante 40 anos e ainda é pequeno produtor rural, destaca ainda que o EDR de Dracena realiza um trabalho em conjunto com os pequenos produtores, oferecendo todo o respaldo técnico aos mesmos. A prestação de assistência técnica se apresenta extremamente importante, tendo em vista que na atual conjuntura, o auxílio técnico, mais do que nunca, tornou-se essencial para o bom rendimento das atividades agrícolas. De acordo com Wanderley:

O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade. O camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades. A modernização o transforma num agricultor, profissão, sem dúvida, multidimensional, mas que pode ser aprendida em escolas especializadas e com os especialistas dos serviços de assistência técnica (WANDERLEY, 2003, p. 46).

Em entrevista realizada com a presidente da Associação dos Produtores Rurais de Dracena (APRD), a senhora G. O. S. G., ela afirmou que apesar da melhoria econômica verificada com a adoção da fruticultura na região, a mudança mais significativa, principalmente no que diz respeito aos pequenos produtores rurais, ocorreu a partir da implementação das políticas públicas no município na década de 2000. A entrevistada destacou ainda que o município foi o primeiro do Estado de São Paulo a implementar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Segundo Veloso:

Instituído como programa social, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)² tem se firmado como importante instrumento de apoio à comercialização da produção agropecuária dos agricultores

² O PAA foi instituído pelo artigo 19 da lei nº. 10.696, de 10 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008 (VELOSO, 2011, p.47).

familiares no país. Esse programa tem gerado renda, incentivado e apoiado os agricultores a produzirem gêneros alimentícios de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais, por meio do estabelecimento de preços superiores ao praticados no mercado e estimulado as formas coletivas de organização (VELOSO, 2011, p. 47).

A presidente da APRD ressalta o caráter social da associação, que atua desde a conciliação entre os pequenos produtores rurais até a ajuda no transporte escolar dos filhos dos produtores associados. Outro aspecto importante é o papel desempenhado pela associação na motivação dos pequenos produtores rurais, para que os mesmos consigam adequar-se às exigências para a participação nas políticas públicas. Segundo a entrevistada, muitas vezes os proprietários mostram-se desmotivados, produzem de qualquer maneira, às vezes trabalham, outras vezes não. É nessa situação, de acordo com a presidente, que entra a associação com o intuito de conscientizar o associado sobre a importância de se produzir com responsabilidade e qualidade.

De acordo com o senhor A. F., presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dracena (STRD), a situação dos pequenos produtores da zona rural do município de Dracena ainda não é a ideal. Segundo o entrevistado, ainda existem muitas dificuldades, principalmente no que diz respeito à comercialização dos produtos.

Para A. F., apesar das políticas públicas existentes, ainda falta uma política agrícola voltada aos pequenos produtores rurais. O entrevistado afirma que na grande maioria das vezes, o pequeno produtor produz “no escuro”, sem segurança quanto à comercialização de sua produção. Ele cita o caso dos grandes produtores de soja que já têm a sua produção vendida antes mesmo da colheita. De acordo com A. F., os governos federal e estadual deveriam proporcionar aos pequenos produtores a mesma situação de segurança que os grandes produtores vivenciam. Apesar das dificuldades, o entrevistado reconhece que a partir da década de 2000, com a implementação de políticas públicas que visam manter o homem no campo, a situação dos pequenos produtores melhorou se comparada com a situação vivida por esses durante as décadas de 1980 e 1990.

Os quatro entrevistados destacaram a importância de programas do governo federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do governo estadual, como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – Fase 1 e o Melhor Caminho. Segundo eles, essas políticas são essenciais para manter o homem no campo em condições dignas de vida.

5.2 – Os pequenos proprietários rurais do Município de Dracena: características socioeconômicas, avaliação e perspectivas futuras

Nas 21 propriedades visitadas, moravam 46 (48%) mulheres e 49 (52%) homens, num total de 95 moradores, conforme pode ser observado na Figura 6. A média por propriedade ficou em 4,5 pessoas. Apesar de o número de homens ser maior que o de mulheres, ainda existe certo equilíbrio. Isso ocorre muito em função da estrutura familiar encontrada nas pequenas propriedades rurais visitadas, em que é predominante a presença de casais.

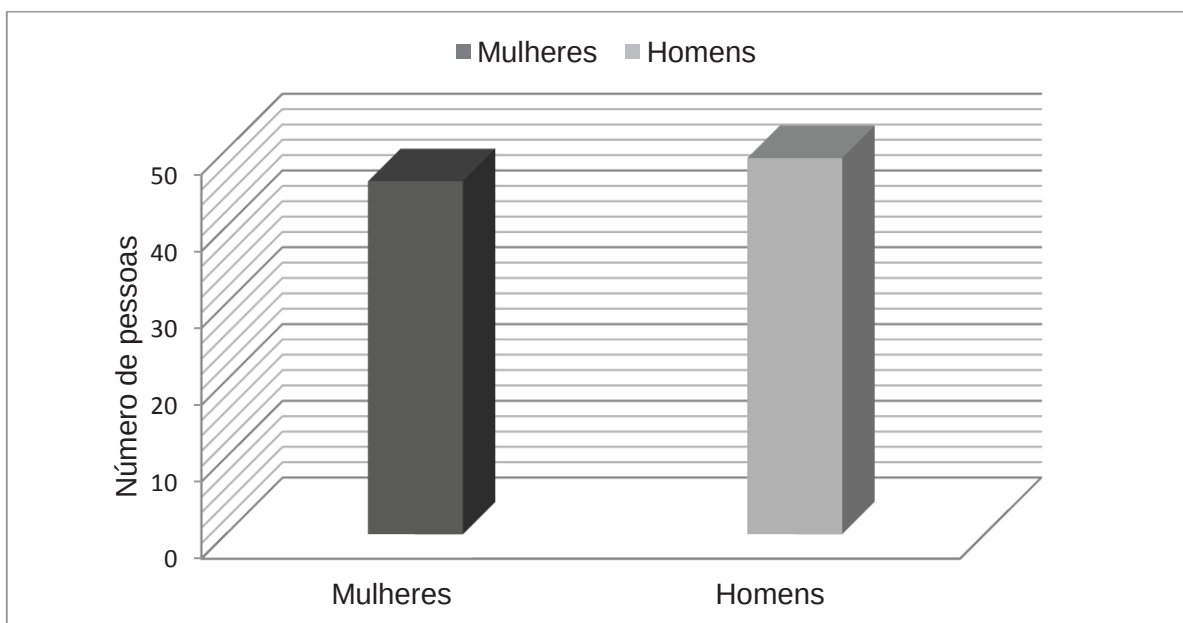


Figura 6 – Quantidade de homens e mulheres nas pequenas propriedades rurais pesquisadas.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012).

Org. Leandro R. M. Lelis.

Em sete casos (33%), existem propriedades que abrigam mais de uma família. Nessas situações, normalmente apenas alguns moradores se ocupam das atividades agrícolas, enquanto que os outros se dedicam a atividades não agrícolas, já que a rentabilidade proporcionada por uma pequena propriedade é insuficiente para manter mais de uma família.

Como citado anteriormente, de acordo com Graziano da Silva (1999), o espaço rural não pode mais ser definido apenas como sinônimo de atividade agrícola, pois na atualidade ele apresenta uma diversificação mais ampla em suas atividades e funcionalidades. Nesse sentido, Graziano da Silva reforça a importância das atividades não agrícolas na atual dinâmica populacional do meio rural brasileiro. Para o autor:

[...] o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. O conjunto de atividades não agrícolas – tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 28).

A faixa etária média dos moradores das pequenas propriedades rurais visitadas encontra-se em 43,3 anos. As mulheres apresentam a média de 42,2 anos, enquanto que os homens têm uma média um pouco mais elevada, com 44,5 anos (Figura 7).

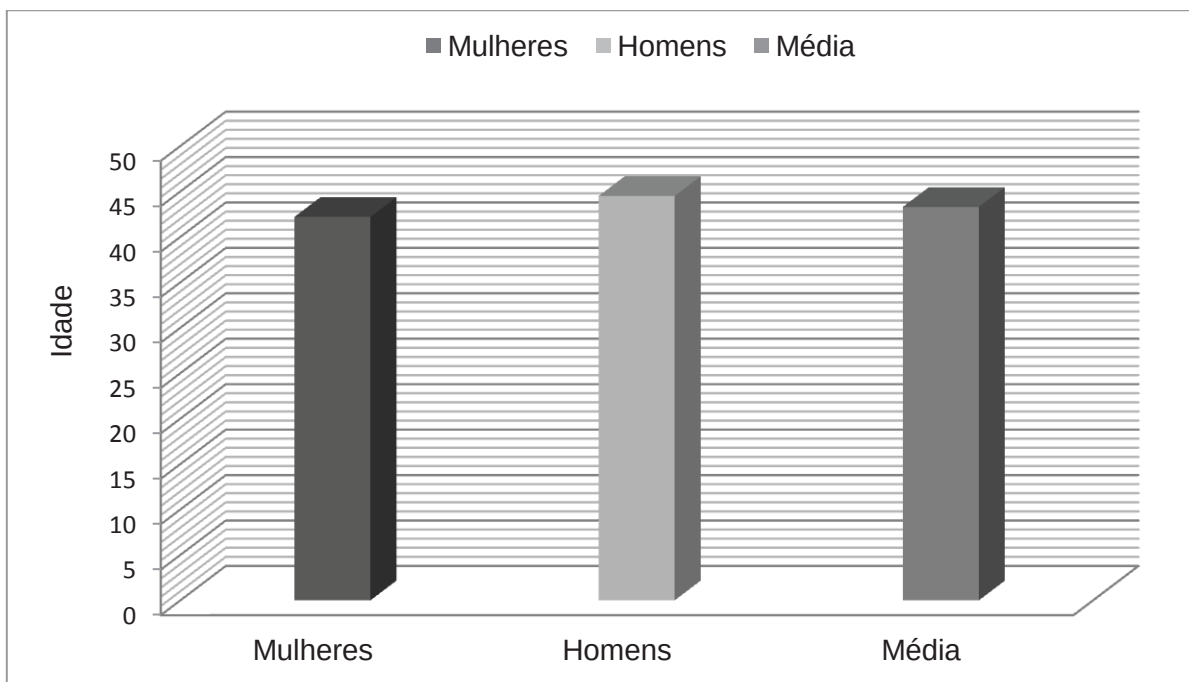


Figura 7 – Faixa etária média dos moradores das pequenas propriedades pesquisadas.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M Lelis.

No município de Dracena, o declínio da lavoura cafeeira é um dos principais fatores que contribuíram para permanência das pessoas com idade mais avançada no campo, já que a decadência da cafeicultura trouxe grandes problemas para a mão-de-obra. Durante o questionário aplicado aos pequenos proprietários rurais, a senhora M. A. R. R., afirmou: “Depois da crise, a situação financeira ficou pior, por isso meus filhos saíram da zona rural”.

Os que ainda resistem no campo, normalmente, são os pais de família que possuem pequenas propriedades rurais. Os filhos, descontentes com a falta de oportunidades no meio agrícola e com a baixa remuneração, foram para a cidade em busca de novas oportunidades, enquanto que seus pais continuam na zona rural, motivados, principalmente, pela relação de identidade criada com o local. O grande problema é que mesmo “[...] aqueles jovens dispostos a prosseguirem no ofício de seus pais não encontram apoio necessário e políticas adequadas à sua permanência no espaço rural” (FERRARI *et al*, 2004, p. 265). Nesse contexto, as estratégias mais utilizadas pelos jovens filhos de agricultores são o trabalho fora da agricultura e a migração para a cidade. Segundo Ferrari:

Num contexto onde os componentes da família não são absorvidos pela produção agrícola, a busca por trabalho fora do meio rural e, sobretudo, a migração passa a fazer parte das estratégias de vida dos jovens filhos de agricultores familiares. Estes veem nas cidades melhores condições para ganhar seu próprio dinheiro, maiores oportunidades para estudar e melhor remuneração do trabalho (FERRARI *et al*, 2004, p. 265-266).

O processo de migração campo-cidade dos mais jovens acabou por resultar na permanência dos mais idosos no meio rural, o que culminou no envelhecimento da população rural.

Entre os moradores das pequenas propriedades rurais pesquisadas, apenas 25 (26%) pessoas estão na faixa etária entre 0 a 24 anos, que corresponde às crianças e jovens, o que evidencia a baixa presença de jovens no meio rural (Figura 8).

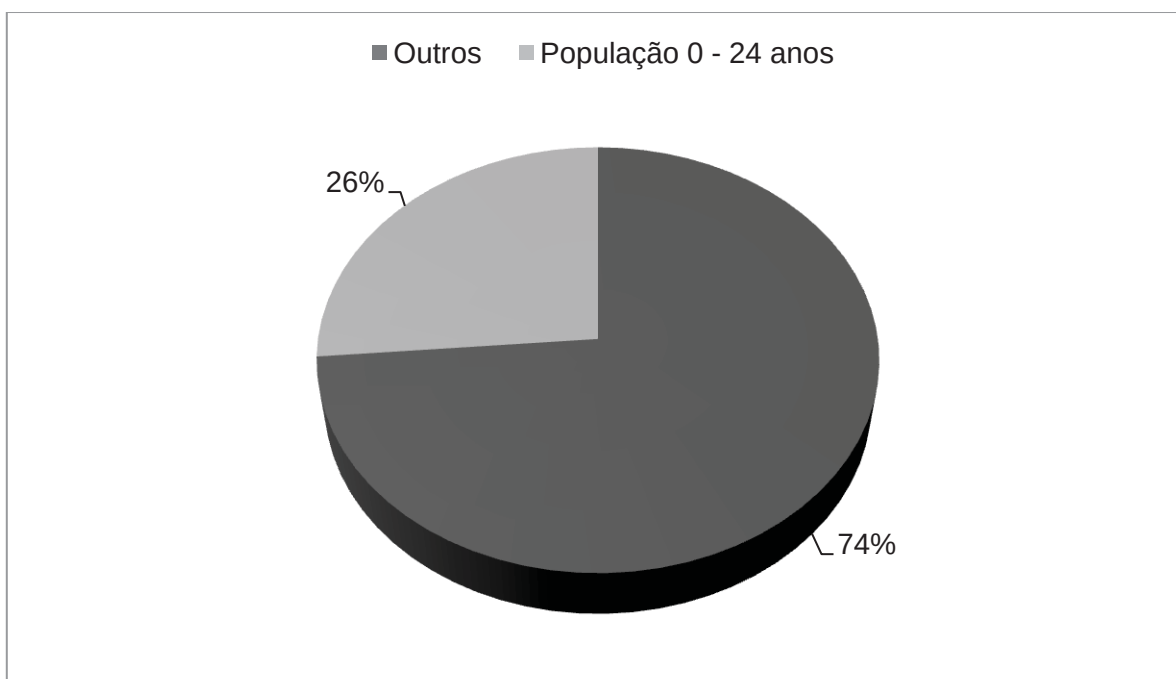


Figura 8 – População de 0 a 24 anos vivendo nas pequenas propriedades visitadas.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

Dentre os 25 moradores que estão na faixa etária de 0 a 24 anos, 13 são do sexo masculino e 12 são do sexo feminino, o que representa certo equilíbrio entre os sexos. Apesar da tendência para o envelhecimento e masculinização da população

rural brasileira. Assim como apontam Camarano e Abramovay (1999), as pequenas propriedades rurais pesquisadas apresentaram o envelhecimento como a maior característica, enquanto que a proporção entre os homens e mulheres ainda mantém certo equilíbrio.

Dentre as 21 pequenas propriedades visitadas, oito propriedades (38%) apresentaram apenas um casal como morador (Figura 9). Nessas propriedades, a faixa etária dos moradores é ainda maior, a média é de 57, 8 anos (Figura 10). Nesses casos fica evidente que os pais permaneceram na zona rural, enquanto que os filhos foram para a cidade em busca de melhores condições de vida. Mesmo os filhos que permaneceram no campo passaram a exercer atividades não agrícolas para ajudar no orçamento familiar. Tais situações tornaram-se frequentes durante e após a crise da cafeicultura da década de 1980. Em relação à referida crise, o pequeno proprietário A. S. N. nos relatou: “Foi um período difícil. Meus filhos que trabalhavam na cidade ajudavam a nos manter no campo”. Com isso, podemos observar que desde aquela época o trabalho fora da propriedade já se mostrava importante para o complemento da renda, fazendo com que fosse possível a permanência de alguns membros da família no meio rural e da propriedade.

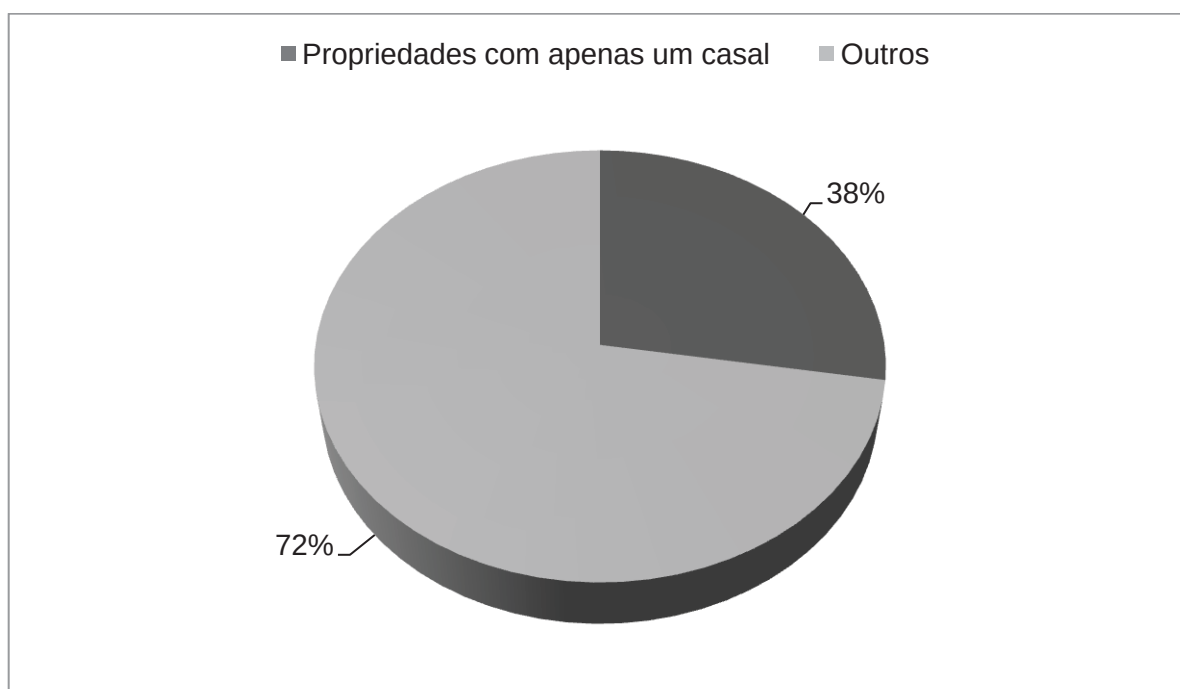


Figura 9 – Propriedades pesquisadas que apresentam apenas um casal como moradores.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

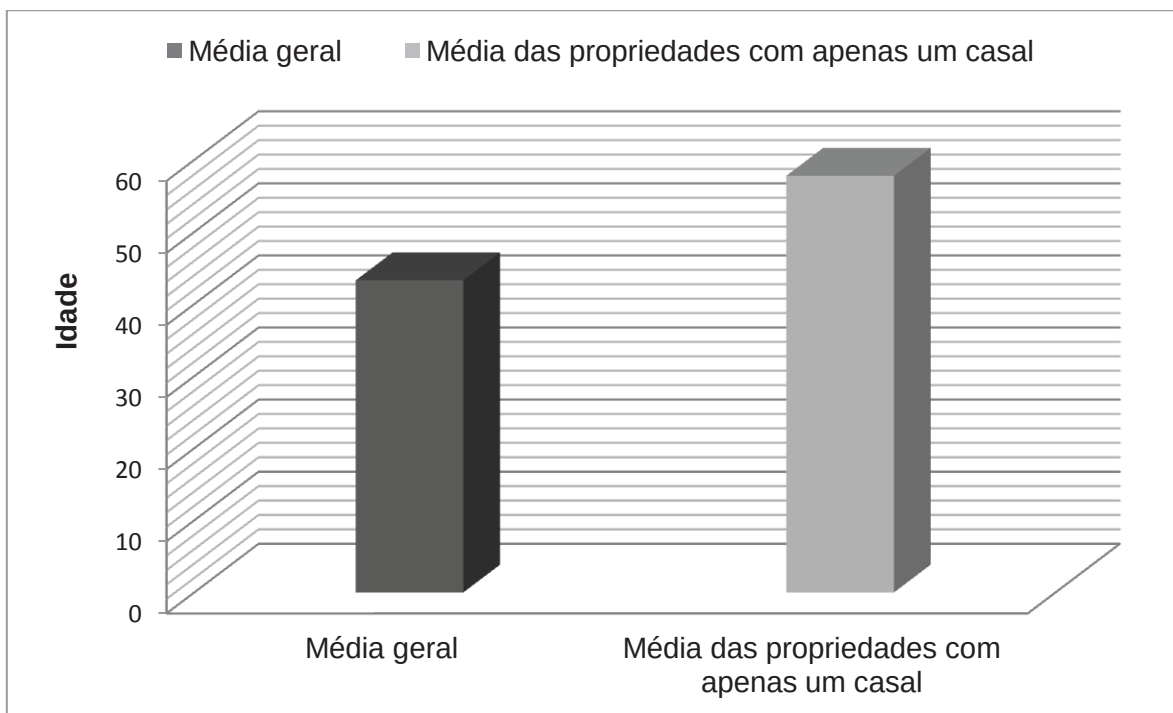


Figura 10 – Faixa etária média das pequenas propriedades que apresentaram apenas um casal como moradores.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012).

Org. Leandro R. M. Leis.

Para a grande maioria dos pequenos proprietários pesquisados, a crise do café da década de 1980 foi um período de extrema dificuldade econômica. A falta de recursos econômicos e de apoio governamental fez com que boa parte dos pequenos proprietários diminuísse a área plantada e, em alguns casos, a produção de café foi interrompida por tempo indeterminado. A respeito desse período, o pequeno proprietário A. S. L. afirmou: “Era difícil, paramos de trabalhar com o café, e eu passei a ser assalariado”.

A redução territorial da propriedade se apresentou como alternativa para a permanência na zona rural, já que a venda de parte da propriedade servia para pagar as dívidas contraídas durante o período de crise. Entre as propriedades pesquisadas, sete propriedades (33%) apresentaram redução em sua área durante ou após a crise do café da década de 1980 (Figura 11).

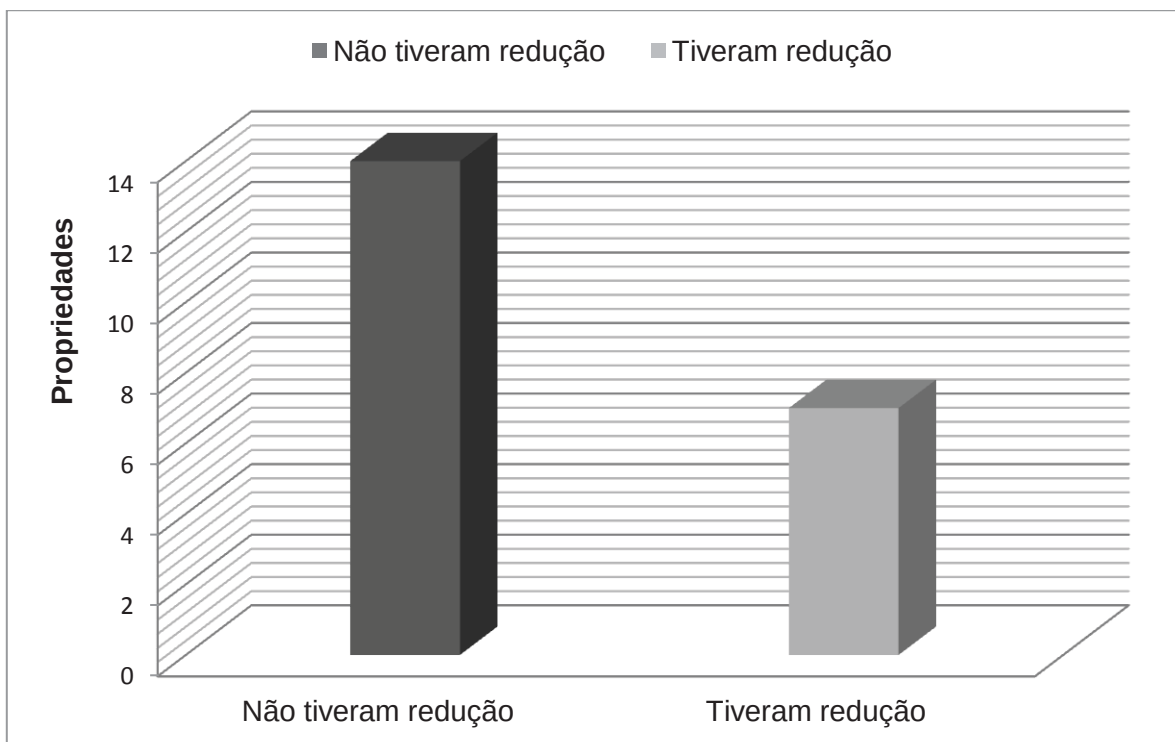


Figura 11 – Pequenas propriedades pesquisadas que tiveram redução territorial.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

A redução territorial das propriedades ocorre até os dias atuais. Enquanto os dados do LUPA referentes ao ano agrícola de 1995/96 mostram que existiam 407 unidades produtivas de 5 a 20 hectares, a pesquisa realizada em 2007/08 apontou que existiam 414 unidades produtivas entre 5 e 20 hectares. Também aumentou o número de unidades produtivas entre 2 e 5 hectares. No levantamento de 1995/96 existiam 208 unidades produtivas dessa dimensão, já no levantamento de 2007/08 esse número subiu para 266. Na contramão dessa situação, estão as propriedades com maior extensão territorial, como por exemplo, as propriedades que apresentam dimensão entre 20 e 50 hectares. De acordo com os dados do LUPA de 1995/1996, essas somavam 183, enquanto que o levantamento de 2007/2008 apontou que nesse ano agrícola o número havia diminuído para 143 unidades produtivas (Figura 12).

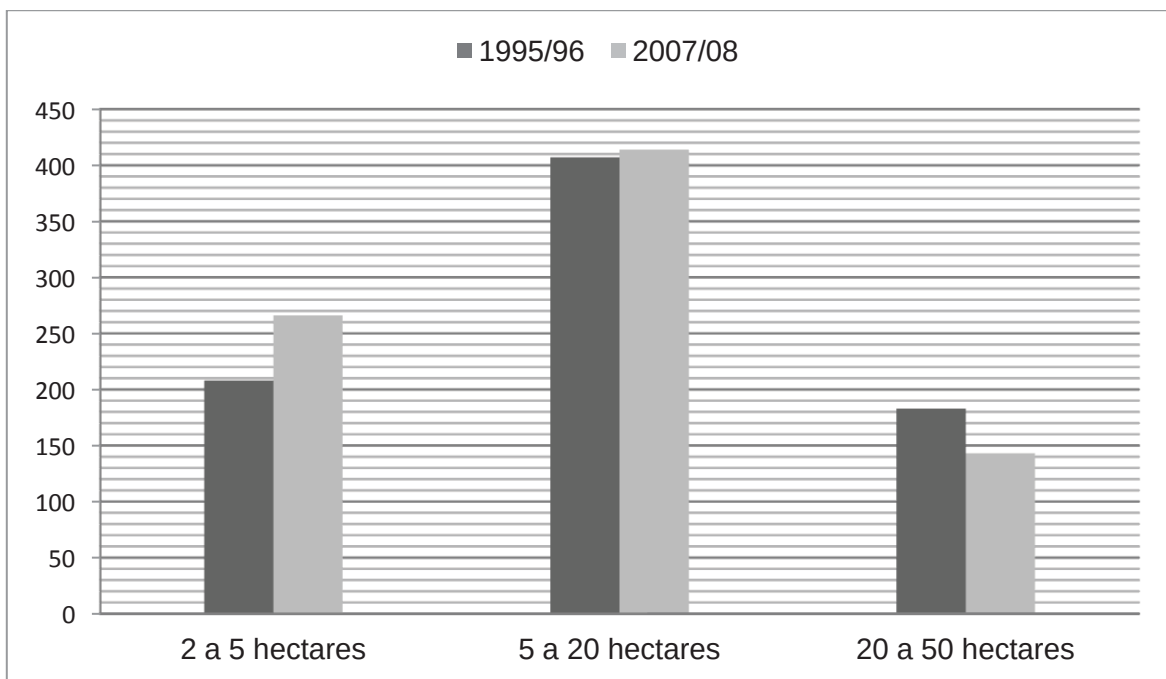


Figura 12 – Quantidade de unidades produtivas entre 2 a 50 hectares no município de Dracena.

Fonte: CATI/LUPA 1995/96, 2007/08.

Org. Leandro R. M. Lelis.

Podemos avaliar que o aumento do número de pequenas propriedades que possuem dimensão entre 2 e 20 hectares, ocorre, principalmente, devido à diminuição territorial das propriedades rurais que possuem área acima de 10 hectares. Nesse sentido, essas pequenas propriedades acabam se fragmentando devido aos interesses econômicos dos pequenos proprietários ou devido à repartição da propriedade entre os filhos, no caso dos pequenos proprietários que possuem idade mais avançada ou que já vieram a falecer. De acordo com o que foi apurado no Trabalho de Campo, essas pequenas propriedades que se fragmentam acabam gerando novas pequenas unidades produtivas, tendo em vista que as grandes propriedades, na grande maioria dos casos, não se interessam por essas pequenas porções de terra.

De acordo com os dados do LUPA, com as entrevistas realizadas com os principais líderes³ do setor agropecuário do município e com as conversas com os próprios pequenos proprietários, averiguamos que no município estudado existe

³ Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Diretor do EDR de Dracena, Presidente da APRD e Presidente do STRD.

uma forte tendência para o aumento do número de pequenas propriedades e para a diminuição das propriedades médias.

Nesse contexto, podemos concluir que a redução territorial da propriedade foi uma alternativa adotada por alguns pequenos proprietários durante e após o período de crise e, que essa alternativa permanece até os dias atuais, já que as condições para a reprodução social dos pequenos proprietários e de seus familiares no campo continuam difíceis. Nesse sentido, a venda de parte da propriedade aparece como solução momentânea para as dificuldades financeiras.

Atualmente a produção agropecuária do município de Dracena encontra-se diversificada, com destaque para o setor hortifrutigranjeiro e para a pecuária leiteira. Ainda existem quatro pequenos proprietários (19%) que cultivam o café, porém apenas um se dedica integralmente à referida cultura. Nas outras propriedades, o café cresce sem cuidados (Figura 13), já que a dedicação exclusiva a essa atividade não é viável, tendo em vista que ela não apresenta renda mensal, além de ser um cultivo onde sua produção só é significativa a cada dois anos. Mesmo não apresentando muita dedicação ao café existente na propriedade, três pequenos proprietários entrevistados atribuíram à comercialização do café como uma de suas fontes de renda, enquanto que um pequeno proprietário rural utiliza o café produzido apenas para o consumo familiar.



Figura 13 – Plantação de café abandonada na zona rural de Dracena.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Autor: Leandro R. M. Lelis.

A comercialização dos produtos da propriedade responde por grande parte da renda dos pequenos proprietários, pois das 21 pequenas propriedades rurais visitadas, 18 (85,7%) comercializam seus produtos. Nesse sentido, podemos avaliar que a comercialização da produção ainda aparece como o principal meio de renda para os moradores das pequenas propriedades (Figura 14).

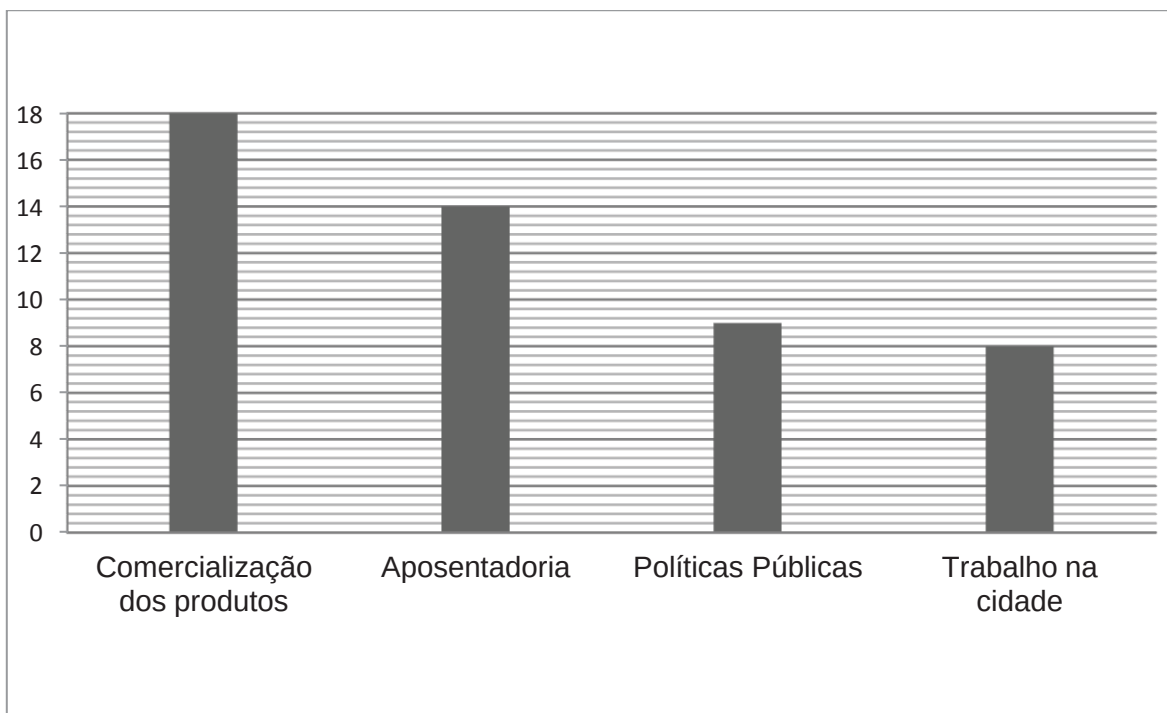


Figura 14 – Principais fontes de renda das propriedades pesquisadas.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

Como podemos notar na Figura 14, na sequência aparece a renda proveniente da aposentadoria. Essa fonte de renda se mostrou extremamente importante, já que 14 (66,6%) pequenos proprietários rurais informaram possuir esse recurso como componente de seu orçamento familiar. Nesse sentido, a renda advinda da aposentadoria se apresenta como uma estratégia que contribui para a permanência dos beneficiados e de seus familiares na zona rural (Godoy *et al*, 2010).

A renda advinda das políticas públicas aparece em terceiro lugar entre as fontes de renda mais citadas, pois nove, ou seja, 42,8% dos pequenos proprietários entrevistados informaram participar do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o que ressalta a importância do programa para os pequenos proprietários. No entanto, percebemos a falta de divulgação do programa, tendo em vista que alguns pequenos proprietários pesquisados não sabiam da existência do mesmo e nem de outras políticas públicas. A falta de conhecimento sobre algumas políticas públicas, não se restringiu apenas aos pequenos proprietários que não participam da APRD, já que alguns associados também afirmaram desconhecer algumas políticas.

Nas Figuras 15 e 16 podemos observar o barracão da APRD em dia de entrega da produção no PAA. Apesar da importância no complemento da renda, o PAA não significa muito em relação à permanência ou não dos pequenos proprietários e de seus familiares no campo. Apenas dois (2) pequenos proprietários afirmaram que o PAA é importante para a permanência no campo, enquanto que os outros sete participantes têm a renda obtida no programa como um complemento no orçamento da propriedade, que é importante, porém não é decisivo.



Figura 15 – A pequena proprietária, a Sra. Aparecida M. S. Santos, junto ao seu esposo, durante a entrega da produção para o PAA.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Autor: Leandro R. M. Lelis.



Figura 16 – Barracão da APRD em dia de entrega dos produtos ao PAA.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Autor: Leandro R. M. Lelis.

Em quarto lugar, o trabalho na cidade também se mostrou com importância significativa, já que em oito pequenas propriedades (38%) há membros da família que exercem atividades urbanas, como o trabalho no comércio e a prestação de serviços em residências. Essa quantidade talvez fosse maior se o número de jovens residindo no campo também fosse maior. Verificou-se que o trabalho na cidade ocorre em seis (85,7%) das sete pequenas propriedades que abrigam jovens com idade entre 16 e 24 anos. Segundo os pequenos proprietários, esses jovens trabalham na cidade porque não possuem o interesse de se dedicar ao trabalho agrícola. Para Godoy *et al*:

O meio rural nos dias atuais não apresenta atrativos para a permanência dos jovens no campo, seja pela falta de atividades que proporcionem uma renda atrativa; falta de entretenimentos; dificuldades para o acesso do ensino escolar; insatisfação com o rendimento obtido na agricultura; a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola e falta de lazer, colaboram para que o meio rural não apresente atrativos para a permanência dos jovens e em consequência teremos o envelhecimento e a masculinização do meio rural (GODOY *et al*, 2010, p. 3).

A combinação de atividades agrícolas com atividades não agrícolas em uma mesma família se torna cada vez mais frequente no meio rural. Tal combinação é denominada como pluriatividade. De acordo com Schneider:

[...] o termo pluriatividade tem sido utilizado para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural (SCHNEIDER, 1999, p. 184).

Ainda de acordo com Schneider (1999), o número de pequenas propriedades rurais que abrigará um trabalhador não agrícola ou, que ao menos dedicará uma parte de seu tempo a atividades não agrícolas, aumentará cada vez mais.

No que diz respeito à situação econômica atual das pequenas propriedades rurais do município, 14 (67%) pequenos proprietários afirmaram que a situação é difícil e sem perspectivas de melhoria. Esses pequenos proprietários se mostraram bastante desanimados. Sobre a situação econômica das pequenas propriedades, a proprietária L. R. B. apontou: “[...] muita gente está desanimada com a situação atual. O pessoal só fala em deixar o campo”. Os outros sete (33%) pequenos proprietários se mostraram, de certo modo, satisfeitos com as condições atuais das pequenas propriedades, sobretudo se comparado ao momento vivido durante as décadas de 1980 e 1990 (Figura 17). Nesse sentido, a pequena proprietária A. M. S. S. afirmou: “Antigamente era muito ruim, hoje em dia as coisas estão melhores. O governo está incentivando mais nossa permanência no campo e as políticas públicas ajudam nisso”.

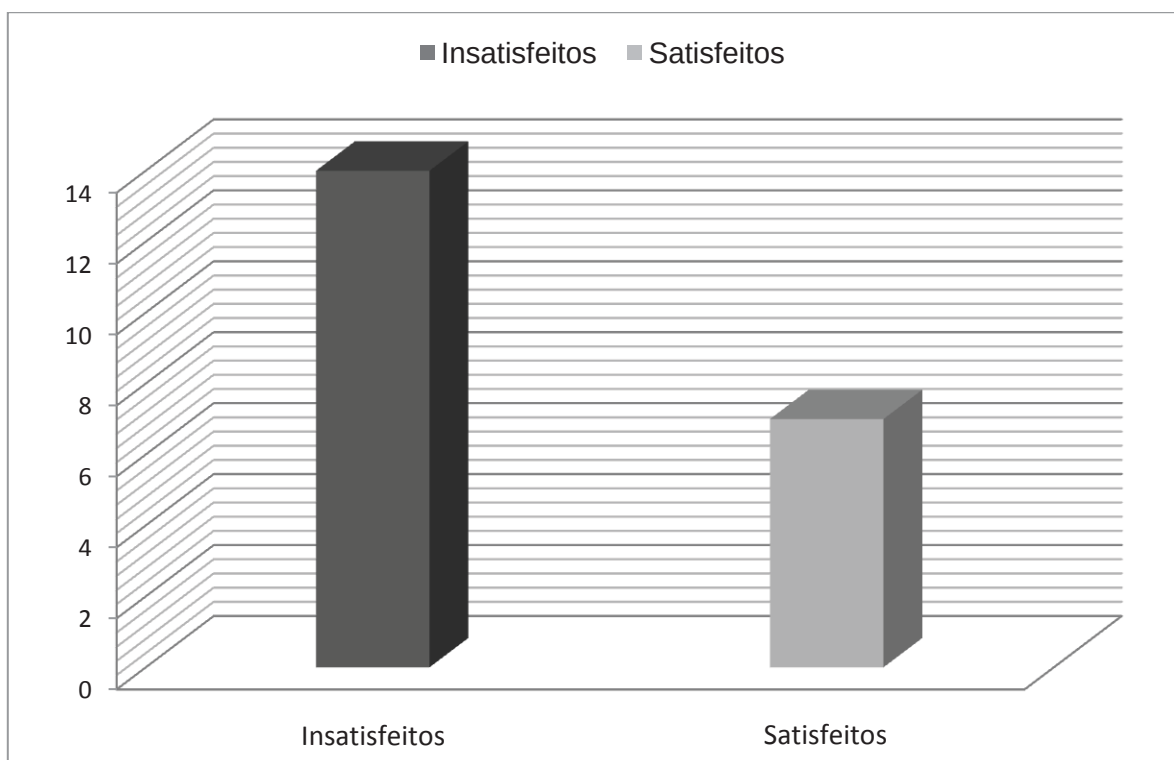


Figura 17 – Avaliação dos produtores sobre a situação econômica atual do município de Dracena.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

Como destacado na Figura 18, as maiores dificuldades citadas para a permanência na zona rural foram a falta de apoio e incentivo governamental para produzir e comercializar a produção, que foi apontada por 17 (80,9%) proprietários e as condições das estradas, que foi citada por quatro (19%) proprietários. Um pequeno proprietário ainda afirmou que são as condições climáticas e outro citou o trabalho penoso como principal empecilho para a permanência no campo.

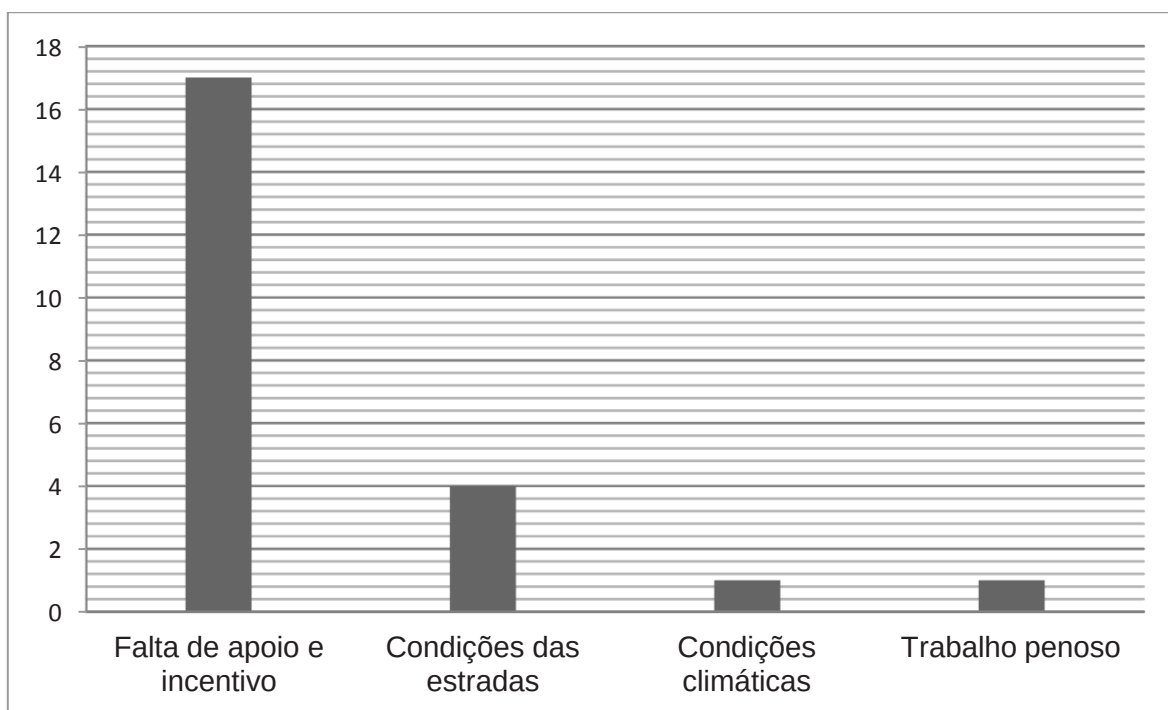


Figura 18 – Principais dificuldades para a permanência na zona rural.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

O baixo número de pequenos proprietários descontentes com a situação das estradas pode estar relacionado com a proximidade da cidade, já que, como exposto anteriormente, a grande maioria das pequenas propriedades pesquisadas estão localizadas próximas à cidade.

No que diz respeito à falta de apoio e incentivo para produzir e comercializar a produção, a grande reclamação é a falta de uma política agrícola voltada ao pequeno produtor rural. A insatisfação dos pequenos proprietários está relacionada à falta de segurança para produzir, devido aos altos e baixos dos preços e a falta de apoio financeiro. Como citamos anteriormente, alguns pequenos proprietários pesquisados desconhecem algumas políticas públicas, como o PAA. Nesse sentido, acreditamos que se tais políticas públicas fossem divulgadas com maior eficiência, o número de pequenos proprietários descontentes com a falta de apoio e incentivo governamental seria menor.

Apesar das dificuldades, 18 (86%) pequenos proprietários afirmaram que não pretendem sair do campo, enquanto que apenas 3 (14%) pequenos proprietários pretendem deixar a zona rural (Figura 19).

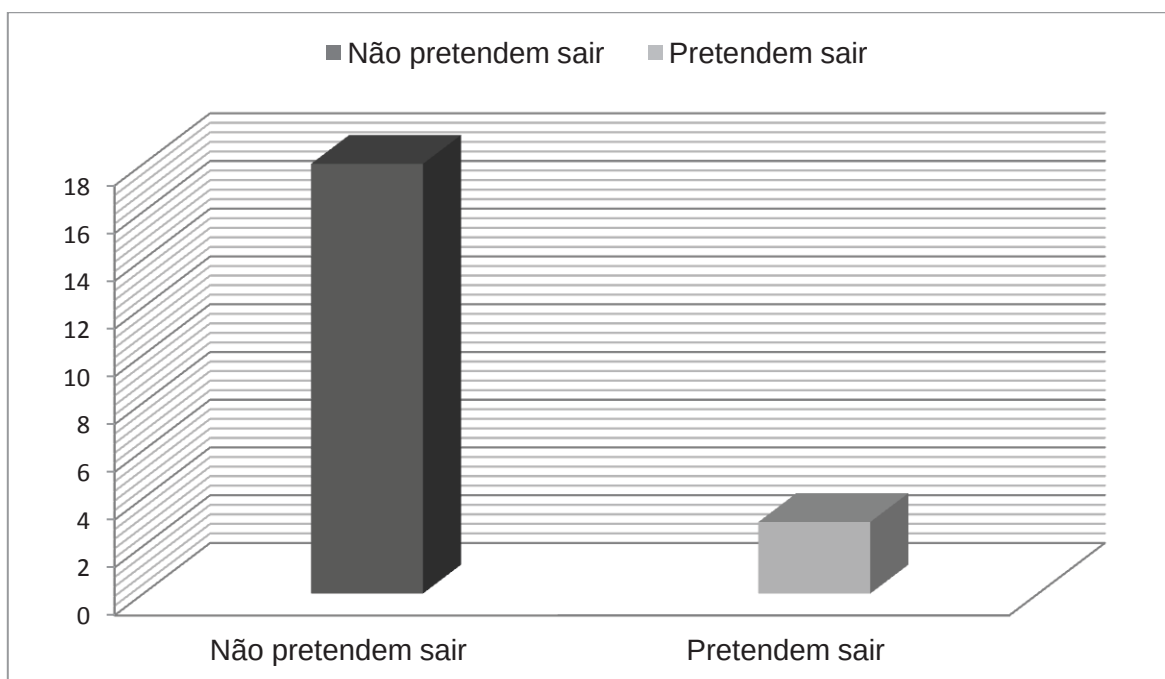


Figura 19 – Intenção dos produtores pesquisados em sair ou não da zona rural.

Fonte: Trabalho de Campo (julho de 2012). Org. Leandro R. M. Lelis.

Essa situação pode ser decorrente da proximidade com a cidade em que os pequenos proprietários pesquisados se encontram, já que a média verificada foi de cerca de três quilômetros. Além da proximidade, a relação de afetividade com o local, a vida tranquila no campo e o baixo custo de vida também aparecem como fatores que ajudam na permanência dos pequenos produtores na zona rural. No que diz respeito à afetividade, observamos que essa relação de apego a terra pode ser ocasionada em virtude de diversos fatores, tais como: tempo em que esses pequenos proprietários residem na área rural; fato de a propriedade ter sido herança; e, compra da propriedade a partir de muito trabalho e esforços da família.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados da década de 1960, ocorreram mudanças no campo brasileiro em virtude do processo de modernização da agricultura. De autossuficiente, o campo passou a depender cada vez mais da cidade, aumentando a relação de complementaridade entre esses dois espaços.

A crise da cafeicultura na década de 1980 abalou profundamente a economia do município de Dracena, tendo em vista que a sua formação e o seu crescimento econômico foram proporcionados pela referida cultura.

A distância em relação à capital do Estado de São Paulo (650 km) fez com que a situação do município se agravasse ainda mais, tendo em vista que os efeitos da crise do carro-chefe da economia local somados à situação periférica do município na divisão territorial do trabalho em escala estadual e nacional contribuíram para que as perspectivas econômicas não fossem as melhores. A economia do município ficou estagnada por duas décadas. Essa situação só foi alterada a partir da década de 2000, após a instalação de unidades prisionais e da expansão da cana-de-açúcar na região.

Apesar do incremento econômico proporcionado pela lavoura canavieira, esta atividade ainda gera muitas divergências, principalmente no que diz respeito à expansão da área que vem se destinando a essa monocultura. Essa expansão tem diminuído as áreas destinadas às lavouras permanentes e temporárias, bem como as produções dessas lavouras. A produção de origem animal também tem apresentado redução, o que nos leva a refletir sobre o futuro do município no que diz respeito à produção de alimentos, tendo em vista que a expansão da cana-de-açúcar não encontra obstáculos para seu incremento na região e no município de Dracena.

Nesse contexto, voltamos nossa atenção para os pequenos proprietários rurais que cada vez mais têm encontrado dificuldades para continuar produzindo. Tais dificuldades contribuem para que o arrendamento de pequenas propriedades para a cana-de-açúcar já seja realidade no município. Essa situação faz com que o valor das terras rurais de Dracena seja ditado pelos interesses dos usineiros. Nesse

sentido, os empresários do setor sucroalcooleiro aparecem como grandes sujeitos do espaço rural dracenense, fazendo com que os pequenos proprietários e suas propriedades figurem como meros coadjuvantes.

Não desconsideramos a importância da cultura canavieira para o município estudado, já que essa atividade, juntamente com a instalação dos presídios na região, foi uma das atividades que contribuiu para o revigoramento da economia local. O que nos preocupa é a situação dos pequenos proprietários rurais, que a partir dos relatos dos próprios pesquisados, se sentem abandonados pelo poder público, principalmente no que diz respeito ao apoio para produzir.

Apesar da existência de políticas públicas, como o PAA, notamos que alguns pequenos proprietários desconhecem-nas. O que nos surpreendeu foi que até alguns pequenos proprietários que participam da APRD desconhecem algumas políticas públicas que são implementadas por meio dessa organização coletiva. Nesse sentido, acreditamos que se tais políticas públicas fossem divulgadas de uma maneira mais eficaz, o número de pequenos proprietários descontentes com a falta de apoio governamental seria menor.

Acompanhando a tendência mundial, o envelhecimento da população aparece como característica dos produtores rurais do espaço rural dracenense. Notamos, também, que devido à idade avançada dos moradores da zona rural, a renda advinda da aposentadoria se torna cada vez mais significativa para eles, suas famílias e a economia local, como vários trabalhos já têm demonstrado. Outra característica verificada e que está atrelada ao envelhecimento da população rural, é a condição pouco favorável para os jovens se dedicarem as atividades do campo. Identificamos que o desinteresse dos jovens pelo trabalho agrícola é uma realidade, o que reforça a tendência de que a população do campo que se dedica as essas atividades agrícolas diminua crescentemente.

No que se refere à dinâmica demográfica, percebemos que apesar do descontentamento de parte dos pequenos proprietários pesquisados, a tendência é que a diminuição da população rural seja mínima nos próximos anos, assim como verificado entre 2000 e 2012. Entre esses dois Censos Demográficos, a população rural dracenense diminuiu apenas 30 habitantes, passando de 3.347 habitantes em 2000, para 3.317 em 2010. Essa pequena redução evidencia que a partir da década

de 2000 as condições oferecidas aos pequenos proprietários rurais melhoraram, sobretudo no que diz respeito à infraestrutura necessária para se viver no campo, além da implementação de algumas políticas públicas, como o PAA e o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, e sociais, como a aposentadoria rural.

A melhoria das condições não é favorável apenas para aqueles que habitam o campo com o intuito de se dedicarem as atividades agropecuárias, já que nos últimos anos vem se verificando o aumento das pessoas que o procuram como local de moradia. Em algumas propriedades pesquisadas existem duas, três e até quatro residências, cada uma abrigando uma família. Nessas propriedades, os filhos se casam e permanecem na propriedade devido ao baixo custo da vida no campo, porém eles exercem atividades urbanas. Também existem aqueles que adquirem uma pequena porção de terra com o intuito de residirem no local, muito em função da tranquilidade da vida no campo. Não podemos desconsiderar que os altos custos para morar na cidade também influenciam na decisão de alguns em procurar o campo como local de moradia, sobretudo aqueles que se encontram desempregados. Estes vão para o campo para exercer a função de caseiro, já que os proprietários não residem na propriedade.

A partir do que foi exposto, concluímos que apesar da melhoria verificada a partir da década de 2000, as condições dos pequenos proprietários rurais ainda não são as ideais, sobretudo no que se refere às atividades agropecuárias. Nesse sentido, entendemos que a atuação e a articulação dos governos federal, estadual e municipal são imprescindíveis para que as políticas públicas sejam eficientes, proporcionando assim, condições dignas para a reprodução social dos pequenos proprietários e de seus dependentes na zona rural.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.

ARAÚJO, Flávia A. V.; OLIVEIRA, Hélio C. M.; SOUZA, Marcus V. M.; SOARES, Beatriz S. Entre o Campo e a Cidade: discussões acerca da relação campo-cidade no município de Uberlândia (MG). **Campo-Território**. Uberlândia: Edufu v. 3, n. 5, p. 113-133, fev. 2008.

BISPO, Rafael C. **Crise da cafeicultura, alternativas e políticas públicas no município de Dracena/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). 2007. 90. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARGO, José F. de. **A cidade e o campo:** o êxodo rural no Brasil. Rio de Janeiro: Buriti, 1968.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/once/zeze11.htm>
Acesso em: 21 dez. 2011.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. **América Latina:** cidade, campo e turismo. São Paulo: CLACSO, 2006. Disponível

em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/08damiani.pdf>>
Acesso em: 18 jul. 2011.

DURHAN, Eunice R. **A caminho da cidade:** a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena – **Produção de café na região de Dracena.** (vários anos: 1970 – 2012).

EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural de Dracena – **Produção de café no município de Dracena.** (vários anos: 1970 – 2010).

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades.** São Paulo: UNESP, 2009.

FERRARI, D. L; ABRAMOVAY, R; SILVESTRO, M. L; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 02, p. 237-271, out. 2004.

GIL, Izabel Castanha. **Nova Alta Paulista:** 1930 – 2006: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional. São Paulo: Scortecci, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro.** 2. Ed. Campinas: UNICAMP, 1999.

GODOY, C. M. T; PÉREZ, F. I. C; WIZNIEWSKY, J. G; GUEDES, A. C; MORAES, C. S. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: 48º Congresso da SOBER, Campo

Grande, 2010. **Anais eletrônicos**. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>> p. 1-18. Acesso em: 06 set. 2012.

HESPANHOL, Rosângela A. de Medeiros. Crise da cafeicultura e diversificação produtiva em pequenas propriedades rurais na microrregião Geográfica de Dracena – SP. In: Marafon, Gláucio José; Pessôa, Vera Lúcia Salazar. (Org.) **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais**: reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia: Assis, 2008. p. 133-156.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censos Demográficos** (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 18 abr. de 2012.

____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários** (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 20 abr. de 2012.

____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Produção Pecuária Municipal** (1990 a 2010). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 28 jun. de 2012.

____ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Produção Agrícola Municipal** (1990 a 2010). Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> acessado em: 28 jun. de 2012.

MARQUES, Marta I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTE-MÓR, Roberto L. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**. Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional/UNISC, 2004. p. 1-26.

OLIVEIRA, Adriano R. **A fruticultura como alternativa aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena/SP**. 2003. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

PORTELA, Fernando. **Êxodo rural e urbanização**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola.

Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20 jul. de 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

SEGATTI, Sonia. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da Microrregião de Dracena – SP**. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

SOUZA, A. O; LANDIM, J. R. M. Monopólio canavieiro e produção de alimentos. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, p. 141-148, 1991. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1925/1571>> Acesso em: 5 out. 2012.

VELOSO, Fernando. **As estratégias para a permanência dos pequenos produtores rurais no espaço rural do Município de Junqueirópolis – SP**. 2008. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

VELOSO, Fernando. **Políticas Públicas no Município de Junqueirópolis (SP): o PRONAF e o PAA**. 2011. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>> Acesso em: 08 out. 2012.

APÊNDICE A - Roteiro para entrevistas: Principais responsáveis pelo setor agropecuário do município de Dracena.

Data: __/__/__

Nome: _____ Função: _____

- 1) Dracena era extremamente dependente da cultura cafeeira, a crise da referida cultura abalou até que ponto o município?
- 2) Quais as estratégias criadas pelos próprios pequenos proprietários para se manter no campo?
- 3) Como foi esse período no município (principalmente no que diz respeito aos pequenos proprietários)?
- 4) Quando os pequenos proprietários da zona rural do município passaram a se reestruturar novamente? Existe algum momento pontual?
- 5) Existe um efetivo apoio dos governos federal, estadual e municipal? E quanto às políticas públicas, em que o município participa e/ou desenvolve para esses pequenos proprietários rurais?
- 6) Quais as ações realizadas pelo órgão/entidade que você representa para apoiar os pequenos proprietários rurais?
- 7) Como se encontra a estrutura produtiva dos pequenos proprietários atualmente?
- 8) Segundo o último censo (entre 2000 e 2010) a zona rural do município perdeu apenas 30 moradores, a que se deve esse fato?

APÊNDICE B – Questionário: Pequenos proprietários rurais do município de Dracena.

Data: __/__/__

Nome: _____

Bairro em que se situa a propriedade rural: _____

Distância até o centro da cidade: _____

Quantas pessoas moram na propriedade hoje em dia e qual o sexo e a idade das mesmas?

Qual o tamanho da propriedade atualmente? _____

Houve diminuição ou aumento do tamanho da propriedade após a crise do café da década de 1980? _____

Qual era a situação financeira da propriedade durante e após a crise do café da década de 1980? _____

Como está estruturada a produção de sua propriedade atualmente?

Quais são os meios econômicos que atualmente são utilizados para obtenção de renda pelos moradores da propriedade?

Em qual (is) política (s) pública (s) você está inserido? Qual o peso da (s) mesma (s) para a sua permanência no campo?

Como você vê a situação econômica das pequenas propriedades do município?

Quais são as maiores dificuldades para sua permanência na zona rural? Atualmente você pensa em sair do campo?
